

CVM Centro de Estudos Victor Meyer

<http://centrovictormeyer.org.br/>
centrovictormeyer@gmail.com

**CADEIAS ORGANIZATÓRIAS OPERÁRIAS DENTRO DAS MULTINACIONAIS:
UM FENÔMENO INTERNACIONAL EMERGENTE**

VICTOR AUGUSTO MEYER NASCIMENTO

VICTOR AUGUSTO MEYER NASCIMENTO

**CADEIAS ORGANIZATÓRIAS OPERÁRIAS DENTRO DAS
MULTINACIONAIS: UM
FENÓMENO INTERNACIONAL EMERGENTE**

TESE APRESENTADA AO CURSO DE DOUTORADO DO NÚCLEO DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA DE
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, COMO
REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ORIENTADOR: PROF. DR. NELSON DE OLIVEIRA SANTOS

SALVADOR

2000

N244 Nascimento Victor Augusto Meyer.

Cadeias organizatórias operárias dentro das multinacionais: um fenómeno internacional emergente/ Victor Augusto Meyer Nascimento; orientação Nelson de Oliveira Santos. - Salvador: V.A.M. Nascimento 2000.

285 f.

Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Pós-Graduação em Administração.

1. Comitês de empresas. 2. Comitês de empresas - Organização. 3. Comissões trabalhistas. 4. Organizações internacionais. I. Santos, Nelson de Oliveira, orientador. II. Título.

331.88 CDD
20. ed.

Ficha elaborada pela Escola de Administração da UFBA

Aos colegas Adelaide, Ana, Nilton e Vera,
que muito me ajudaram na gestação do projeto desta tese.

A Fernando Lopes,
que me levou a lideranças operárias no Brasil e no exterior.

Aos meus irmãos Fernando, Conceição e Roberto.

À Eliza, companheira.
Às minhas filhas Ana e Lia.

AGRADECIMENTOS

Quando comecei a amadurecer o objeto da minha tese de doutorado, enquadrando-o num estudo sobre as atuais articulações internacionais dos operários, dentro das empresas multinacionais, sabia que não seria simples obter as informações necessárias para um trabalho dessa natureza. Entre a vontade de desenvolver uma pesquisa nesse campo e a sua realização, mediava o problema das fontes. Respeitável problema, que começou, entretanto, a ser resolvido quando Fernando Lopes, membro da Executiva da Confederação Nacional dos Metalúrgicos-CNM/CUT, defendeu o meu projeto numa reunião daquela entidade. A CNM aceitou apoiá-lo, o que se traduziria, valiosamente, na abertura de contatos com a CFDT francesa, com as CC.OO espanholas e, em São Paulo, com importantes lideranças das Comissões de Fábrica no complexo automotivo, com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e com numerosos assessores sindicais. Meus primeiros agradecimentos se dirigem a esses dirigentes sindicais, sem cuja ajuda esta tese não teria sido possível: devo dirigir-me, especialmente, a Heiguiberto Guiba Delia Bella Navarro, a José Domingos Cardoso (Ferreirinha) e a Fernando Lopes, que tiveram o cuidado de apresentar-me formalmente aos seguintes sindicalistas e assessores: em São Paulo, a Tarcísio Secole, Valter Sanches, Rafael Marques da Silva, João Rodrigues de Souza, Barbosa, Alex Sgreccia, Jefferson Conceição, Bengt Lindgren. Em Paris: a Robert Bonnard e Blandine Landas. Em Madrid, a José Ignacio Gil, que agendou os contatos com operários e assessores: Rucino Iglésias, Máximo Blanco, Bruno Estrada, Arturo Gómez e Santos Nunez, além de abrir as portas, para mim, do centro de documentação das CC.OO e colaborar, em entrevistas sucessivas, com informações importantes. Mesmo depois do meu retorno ao Brasil, continuei recebendo de José Ignacio, agora um amigo pessoal, materiais muito esclarecedores sobre os Comités de Empresa Europeus.

Agradeço, também, a Eliziário Andrade, que me apresentou, na Espanha, ao Prof. David Ruiz, autor da *Historia de Comisiones Obreras (1958-1988)*. O Prof. Ruiz, por sua vez, me levou à *Fundación 1^o de Mayo* e a José Babiano, Jorge Aragón e Esmeralda Sanz.

Agradeço, ainda, a Christian Godet, em Paris; a João Rocha, historiador e sindicalista do Sindiquímica, em Salvador, que me colocou em contato com Beatrix Sasserma, de Wuppertal, militante da oposição ao sindicato alemão dos químicos; a Carlos Alberto, também militante do Sindiquímica; aos velhos amigos paulistas Nilton e Bibiana Basile; a Oliver Sieg, que me passou informações sobre o movimento operário alemão e me apresentou ao Prof. Boy Luethje, em Frankfurt, de quem recebi indicações para a pesquisa sobre o Comité de Empresa Europeu da Volkswagen.

Recuando no tempo, estendo meus agradecimentos aos professores e amigos que estimularam o meu ingresso no doutorado: Armando Alberto Neto, Elsa Kraychete, João Damásio, Fernando Pedrão, Osvaldo Guerra e Reginaldo Santos. Agradeço, igualmente, aos professores que ministraram as disciplinas de nivelamento e da grade curricular do Curso, aos funcionários da Secretaria e da Biblioteca, aos coordenadores do NPGA e do doutorado, Professores José António Gomes de Pinho e Francisco Teixeira e ao Diretor da Escola de Administração, Professor Osvaldo Barreto.

Muito devo aos meus colegas de turma; inesquecíveis pelo espírito crítico, pela coesão solidária que se consolidou com o tempo, nas preparações dos seminários, nas discussões em sala de aula e nas sucessivas reuniões que fizemos, quando cada um ainda buscava amadurecer os respectivos projetos a serem levados aos Exames de Qualificação.

Por outro lado, não poderia deixar de registrar meu reconhecimento à Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS e à Universidade Católica do Salvador - UCSAL, que me liberaram das atividades docentes em licenças remuneradas, sem as quais não teria conseguido cursar as disciplinas, desenvolver a pesquisa - no Brasil e no exterior - nem redigir a tese. Na UEFS, devo agradecer especialmente aos colegas Raquel Vale, Rogério de Fátima, André Azeda, Jorge Alberto Rocha, Elizete Silva, Vilania, demais colegas do DCHF e da Área de História e à Magnífica Reitora, Anaci Bispo Paim. Na UCSAL, ao Prof. Gaspare e ao Magnífico Reitor, José Carlos Almeida da Silva

Ao Prof. Michael Lówy, meu agradecimento por haver aceito orientar-me no estágio europeu, permitindo-me o acesso à Biblioteca da Universidade de Paris-8, em Saint-Denis, onde concentrei as minhas leituras. O agradecimento ao Prof. Lówy tem um outro aspecto, visto que pude conhecê-lo pessoalmente - uma figura que compõe a memória que guardo do especialíssimo ano de 1968, quando me chegou às mãos a revista *Teoria e Prática*, contendo um artigo seu, algo sobre a concepção do partido em Marx. (Depois eu viria a conhecer outros textos do Prof. Lówy, mas nenhum seria tão marcante quanto aquele distante *mergulho* na 1ª Internacional: não por outra razão - pois da sua leitura, há tantos anos atrás, ficaram apenas vagos fragmentos - senão por haver integrado, na minha consciência, aquela atmosfera de confiança no futuro do mundo que o ano de 1968 generosamente despertava).

Finalmente, agradeço ao Prof. Nelson Oliveira. Orientador no melhor sentido, exemplo de integridade num meio intelectual onde continua crescendo o número de *convertidos* ao *utopismo individualista* (expressões muito apropriadas, que aprendi com o Prof. Nelson), suas intervenções efetivamente deram alento à presente tese e pesaram no seu direcionamento (embora o Orientador não seja responsável, naturalmente, pelas falhas que o trabalho final possa conter). Não poderia deixar de registrar um pequeno exemplo dos seus posicionamentos, citando um trecho de recente artigo seu (Oliveira, 2000:36): "*Ou adeus ao proletariado, como querem alguns, ou adeus às variadas formas, implícitas e explícitas, de exploração, numa busca mais rica de sociabilidade*". Dilema que uma tese como esta jamais poderia ignorar e cujo breve enunciado já ilustra o sentido geral da Orientação que tive a honra de receber.

Progresso universal, divisão de trabalho, liberdade de comércio, eis aqui três fatores que devem fixar nossa atenção, dado que são capazes de transformar radicalmente a vida econômica da sociedade. Obrigados pela força das coisas e pelas necessidades desses tempos, os capitalistas formaram poderosas uniões financeiras e industriais. Se não adotamos medidas de defesa seremos esmagados sem piedade. Nós, operários de todos os países, devemos nos unir e opor uma barreira intransponível à ordem de coisas existente, que ameaça dividir a humanidade, por um lado, em uma massa de homens famintos e furiosos e, por outro, em uma oligarquia de reis das finanças e magnatas satisfeitos. Ajudem-nos uns aos outros para lograr nosso objetivo.

(Mensagem da delegação de operários franceses à seção inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, a *Primeira Internacional*, em 28 de setembro de 1864).

RESUMO

Estudam-se as cadeias organizatórias operárias *horizontais* dentro das multinacionais como uma tendência emergente e ainda difusa, porém expansiva durante a década de 90. Conquanto sejam organizações que envolvem trabalhadores de unidades empresariais posicionadas em diversas partes do mundo, o foco da análise detém-se na inserção brasileira nessas formas internacionais de organização. Argumenta-se que essas experiências levantam questionamentos a diversas teorias que ganharam prestígio nesse último quartel de século, em primeiro lugar àquelas que ignoram e esvaziam o poder analítico de categorias tais como o valor, a força de trabalho, as classes, a luta de classes, a identidade de classes. Em consequência, trava-se uma polémica em duas frentes: no plano teórico e no plano da história recente do capitalismo. Ambos os caminhos levam à afirmação da exploração da força de trabalho como categoria central, na tradição teórica de Marx, e ao seu reconhecimento como prática em alta tendencial na atualidade. Argumenta-se, também, que essas experiências organizatórias provocam a intervenção do Estado e, nessa medida, criam dificuldades para as teorias que vêm, hoje, uma marcha declinante dos Estados-Nação. Esses últimos são analisados em suas transformações em curso, tendentes ao recrudescimento dos velhos mecanismos de coerção, dentro de um sistema imperialista hierarquicamente estruturado sob um pólo hegemónico. Destaca-se que a expansão internacional dessas organizações *horizontais* dos operários, plantadas no chão-da-fábrica, nas multinacionais, depende da força organizatória e da maturidade subjetiva dos operários em seus respectivos redutos nacionais. Estabelece-se, assim, uma correlação entre as possibilidades de expansão internacional das articulações operárias e o grau de desenvolvimento do *formar-se* da classe operária em cada país envolvido. Com base nesses pressupostos, levanta-se uma crítica aos limites claramente demonstrados pelos movimentos operários nos diversos pontos da mencionada cadeia organizatória emergente - destacadamente na Europa e no Brasil. Finalmente, pergunta-se pela relação entre a chamada "globalização" e a emergência dessas redes organizatórias operárias de âmbito internacional. Apresenta-se uma crítica às interpretações simplistas quanto a um globalismo ou transnacionalismo no movimento atual da sociedade capitalista. E, finalmente, tratando-se da inserção brasileira nessas organizações supranacionais dos operários, busca-se analisar, em linhas gerais, a especificidade dos cenários onde essas organizações terão de lutar, como condição para um desenvolvimento (nacional e internacional) significativo: afirma-se que terão de fazê-lo nos espaços dos poderes públicos, na forma de lutas políticas nacionais pelo direito à livre organização, sobretudo pelo direito dos trabalhadores a organizar-se livremente no interior das empresas. Conclui-se discutindo as *possibilidades* que as experiências em foco deixam em aberto para um internacionalismo operário efetivo.

ABSTRACT

The *horizontal* workers organisational chains within multinational companies have been studied as a emergent and still diffuse trend, however expansive during the 1990-ies. Being organisations that involve workers in company units located in different parts of the world are examined, the analysis focus is restricted to the Brazilian participation in this international organisation forms. It is the argument that these experiences raise questions on several theories, which gained prestige during the last quarter of the century, in first place those, which ignore categories such as value, work-force, classes, class fight and class-identity. Consequently, a polemic in two fronts is fought: in the theoretical field and in the field of the recent history of capitalism. Both trials lead to the affirmation of the exploration of the work-force as central category, in Marx' theoretic tradition, and to its recognition as a potentially high valued practice, in present times. It is also argued that these organisational experiences lead to a state intervention, and so create difficulties to the theories, which presently see the Nation-state in decline. The latter are analysed in their presently occurring transformations, with a trend to a return to old pressure mechanisms, within an imperialist system, hierarchically structured below a hegemony polé. It is emphasised that the international expansion of these *horizontal* workers organisations - in shop-floor basis, in multinationals, depends on the worker's organisational strength and subjective maturity within their respective national homes. It is so established a correlation between the workers association's possibilities of international expansion and the degree of development regarding its *forming* as working class in each country. Based on these prepositions a critique on the clearly shown limits of the workers movements in several points of the emerging organisational chain -specifically in Europe and in Brazil. It is asked about the relationship between the so-called "globalisation" and the emergence of these international organisational workers nets. It is presented a critique on simplistic interpretations regarding the "globalism" and "transnationalism" of the present capitalist society movement. Finally, as the Brazilian participation in these supranational organisations are being analysed, it is being asked in which lines these organisations will have to fight, as a conditions to a significant (national and international) development: It is affirmed that they will have to do this in the space of public power, as political national fights for the right of free organisation, specifically for the right to organise themselves freely inside the companies. The *possibilities* that the focused experiences leave open onwards to an effective workers internationalism are discussed

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	12
INTRODUÇÃO.....	13
PRIMEIRA PARTE	
PONTOS DE PARTIDA TEÓRICOS: BUSCANDO REFERENCIAIS	
PRIMEIRO CAPÍTULO - A FORÇA MOTRIZ: PARÂMETROS TEÓRICOS.....	
	30
1.1. INTRODUÇÃO	30
1.2. DEBATE EM TORNO DA "CATEGORIA ANALÍTICA CENTRAL" E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONTROVÉRSIA SOBRE AS CLASSES.....	33
1.3. A <i>FORMAÇÃO DE CLASSE</i> COMO UM PROCESSO	42
SEGUNDO CAPÍTULO - A PRESENÇA DO ESTADO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS PRELIMINARES	
	57
2.1. INTRODUÇÃO.....	57
2.2. UM ENFOQUE ANTIDETERMINISTA PARA O ESTADO.....	61
2.3. NOVAS CONEXÕES ENTRE A TEORIA E O OBJETO DE ESTUDO	69
2.3. TENSÕES CRESCENTES NOS DOMÍNIOS DO ESTADO: O FIM DA "COOPERAÇÃO ANTAGÓNICA"	71
2.4. TENSÕES CRESCENTES NOS DOMÍNIOS DO ESTADO: O ENFRAQUECIMENTO DOS MECANISMOS DE PERSUASÃO	77
2.5. A TEORIA PROPÕE PROBLEMAS.....	81
SEGUNDA PARTE	
ABORDAGEM AO OBJETO DA PESQUISA: BUSCANDO RESPOSTAS	
TERCEIRO CAPÍTULO - UMA CADEIA ORGANIZATÓRIA EMERGENTE: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO	
	85
3.1. INTRODUÇÃO.....	85
3.2. UMA CADEIA ORGANIZATÓRIA PROJETADA PARA O	

CHÃO-DA-FÁBRICA	91
3.3. UMA ESTRATÉGIA QUE SUBORDINA A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL À NACIONAL	102
3.4. ABRINDO UM PRIMEIRO QUESTIONAMENTO	118
<u>APÊNDICE AO TERCEIRO CAPÍTULO</u>	124
QUARTO CAPÍTULO - POSSIBILIDADES PARA UMA PASSAGEM À "MATURIDADE" NA INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS OPERÁRIOS BRASILEIROS	128
4.1. INTRODUÇÃO	128
4.2. DE VOLTA À DISCUSSÃO SOBRE A FORÇA MOTRIZ.....	132
4.3. ORGANIZAÇÕES FABRIS E FORMAÇÃO DOS OPERÁRIOS BRASILEIROS COMO CLASSE INDEPENDENTE	142
4.4. ABRINDO OUTROS QUESTIONAMENTOS.....	151
QUINTO CAPÍTULO - EXPANSÃO INTERNACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS NO CHÃO DA FÁBRICA: VM REFORÇO À "GLOBALIZAÇÃO"?	161
5.1. INTRODUÇÃO	161
5.2. "...UMA EXUBERANTE FLORESTA SEMÂNTICA..."	164
5.3. "GLOBALIZAÇÃO" E VIOLÊNCIA.....	174
5.4. IMPULSOS ANTAGÔNICOS NO ESPAÇO MUNDIAL: UMA PSEUDOGLOBALIZAÇÃO.....	177
CONCLUSÕES	181
PRELIMINARES	181
NO MÉRITO DA QUESTÃO.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
ANEXOS	215

LISTA DE ANEXOS

1. SÚMULA DE ALGUMAS ENTREVISTAS NA EUROPA
2. ROTEIRO DO SEMINÁRIO "EL DERECHO DE INFORMACION Y CONSULTA DESDE EL PUNTO DE VISTA DE LOS REPRESENTANTES DE LOS TRABAJADORES DE EMPRESAS FILIALES: LOS ACTORES TOMAN LA PALAVRA" [Fonte: Bruno Estrada (Coord.) - Fundación 1º de Mayo, Madrid, 1999].
3. ENTREVISTA DE KAREL GACOMS AO JORNAL *LE MONDE*
4. A *EUROGREVE* DA RENAULT NA IMPRENSA ESPANHOLA (AMOSTRA)
5. FRONTISPÍCIO E ÍNDICE DE PUBLICAÇÕES DA CFDT, DAS CC.OO E DO IG.METALL SOBRE OS COMITÉS DE EMPRESA EUROPEUS.
6. CONTRATO COLETIVO ENTRE COMISSÕES INTERNAS DE FÁBRICA DA VOLKSWAGEN DO BRASIL E DA ARGENTINA.
7. TEXTOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE QUÍMICOS BRASILEIROS E ALEMÃES.

INTRODUÇÃO

Algumas formas de organização de carácter internacional acompanham a história do movimento operário desde o começo do capitalismo. Essa antiga tradição construiu-se, no entanto, apoiada em aglutinações partidárias ou sindicais portadoras de uma solidariedade histórica em sentido amplo, unificadas em torno de metas de longo prazo e projetos programáticos de realização futura. A novidade dos dias atuais está na formação de organizações internacionais de outro tipo que, embora quase sempre surgindo e desaparecendo em trajetórias de curta duração, o fazem de forma recorrente, reunindo trabalhadores de diversos países por dentro das empresas multinacionais, em torno de problemas comuns inseridos numa pauta de ação conjunta imediata.

Os exemplos mais estáveis e de maior visibilidade desse novo tipo de organização internacional dos trabalhadores são os Comités de Empresa Europeus (doravante denominados CEE), instituídos legalmente em 1994 e cujo número cresce consideravelmente desde então. Os Comités Europeus estão apoiados em determinação legal que atinge todas as empresas sediadas em mais de um país da União Europeia e são compostos por delegações de trabalhadores correspondentes a cada uma das unidades nacionais da multinacional. Os grupos empresariais que contam com um CEE estão obrigados, ao menos formalmente, a fornecer a esse organismo de trabalhadores todas as informações relevantes relacionadas a admissões e demissões de pessoal, mudanças tecnológicas, alterações na localização das plantas, situação econômico-financeira das empresas, metas de produção, direitos sociais dos trabalhadores, etc.

Conquanto os impactos práticos da atuação dos CEE sobre o movimento operário sejam, até aqui, de pequena monta e desiguais e apesar de despertarem reações bastante diferenciadas dos analistas e militantes (no limite, chegam a receber, de observadores mais

céticos, a qualificação de instrumentos de manobra da União Europeia), essas novas formas de organização já se envolveram em pelo menos um episódio de ampla repercussão, a *eurogreve* da Renault, ocorrida em 1997 (iniciando-se em Vilvoorde, na Bélgica, com adesão posterior de outras unidades, o movimento chegou a extrapolar os limites intramuros da empresa ao desencadear amplas manifestações de protesto contra o desemprego em vários países da União Europeia); e já contracenaram, como coadjuvantes, em reivindicações e acordos diversos. Não poderiam ser ignoradas numa apreciação de conjunto sobre as novas formas de articulação internacional dos operários, baseadas nas empresas multinacionais.

Aos Comitês de Empresa Europeus juntam-se outros órgãos precursores, como é o caso dos primeiros Comitês de Empresa Mundiais, já existentes em diversas multinacionais. O Comité Mundial da Volkswagen, por exemplo, constituído em 1999, conta com uma representação dos trabalhadores das filiais brasileiras da Empresa.

No que diz respeito à participação brasileira nesse género de organização, caberia registrar vários outros precedentes: há a experiência de organismos não institucionalizados criados no interior de grandes corporações, como no grupo Gerdau, onde uma reunião com delegações operárias de vários países incluiu o Brasil e traçou uma plataforma de reivindicações práticas. Numa visão panorâmica limitada aos metalúrgicos, ressaltando que se registram experiências análogas em outras categorias de trabalhadores industriais brasileiros, destacam-se formas ativas de organização internacional na Mercedes, na Volks e na Ford, onde, embora em trajetórias de curto prazo e revelando saltos de descontinuidade, já se teceram laços de ação imediata com os trabalhadores de outras filiais ou das respectivas matrizes, estruturadas em outros países.

Apesar de serem experiências internacionais ainda difusas, elas já permitem, a um observador mais atento, o registro preliminar de uma importante relação: a formação dessas organizações operárias internacionais no chão-da-fábrica nem sempre está mais avançada ali onde mais se desenvolve a internacionalização do capital. Para atestá-lo, basta que se verifique a ausência de fatos significativos, no que se refere a esse tipo de organização, dentro dos Estados Unidos, centro por excelência das grandes mutações do capitalismo atual. As

iniciativas desse género podem apresentar-se mais avançadas no Canadá do que nos Estados Unidos, na Bélgica do que na Inglaterra, etc. Cabe lembrar, conforme já se mencionou acima, que a experiência pioneira da primeira *eurogreve* irradiou-se a partir da Bélgica (unidade de Vilvoorde da Renault) e não no coração industrial do sistema capitalista mundial. E, se o foco da análise se detiver no Brasil, também não se encontrará, aqui, uma relação linear entre a internacionalização da produção e o avanço da organização internacional dos operários. Por exemplo: dentro de uma das maiores multinacionais do complexo automotivo brasileiro, a FIAT, inexistem organizações operárias com incursões internacionais.

Tais evidências levam à conclusão de que a expansão internacional das organizações operárias, dentro das multinacionais, longe de avançar sob a ação determinista da assim chamada *globalização*, depende da anterior expansão e consolidação de organizações operárias fabris *no contexto nacional*. Então se diria que a organização operária supranacional não avança no espaço vazio, como na nebulosa dimensão imaterial com que se costuma qualificar, na literatura corrente sobre a *globalização*, o espaço das marchas e contramarchas do capital fictício. Expandem-se, sim, no interior das multinacionais, mas o fazem impulsionadas, em ritmos diferenciados, por forças de propulsão nacionais, fortemente dependentes das suas raízes plantadas nos terrenos de distintos Estados-Nação.

Os comités internacionais, formais ou informais, enfrentam, invariavelmente, a multiplicidade de tradições dos seus participantes. Suas ações confrontam-se com diferentes legislações nacionais e variadas correlações de forças que, em cada país, marcam as lutas de classes, abrindo, em cada caso, diferentes horizontes sobre o que poderão promover nos horizontes temporais mais próximos; e são colocadas em prática por figurantes de dramas nacionais específicos, numa diversidade de graus de preparo, de vontade e de potencialidades imediatas.

Por isso, as recentes incursões internacionais das organizações operárias no chão-da-fábrica parecem incompreensíveis se eventualmente vistas como um percurso de autodesenvolvimento. A história, a situação atual e as perspectivas desse tipo de organização

fabril parecem avançar sobre espaços internacionais *na medida e até onde o permitem as suas raízes nacionais*.

Essa aproximação preliminar ao fenómeno revela um outro foco de interesse, dessa vez no plano teórico: as observações quanto à lenta, porém persistente expansão das formas internacionais de organização dos operários sugere questionamentos a teorias bem estabelecidas no universo académico. É notório que, ao longo dos últimos 15 a 20 anos, pelo menos, ganharam muito destaque as teses que associam as transformações em curso no mundo do trabalho a uma certa *crise* da sociedade salarial; no extremo, os estudos mais especulativos chegam a predizer *o fim* da sociedade estruturada com base no trabalho. Para essas teorias, os fatos aqui referidos trazem algumas dificuldades. A expansão das articulações internacionais entre trabalhadores de multinacionais são fatos recentes. Nessa medida, em princípio, aparentam ser problemáticos para os novos paradigmas teóricos que se apoiam no pressuposto do envelhecimento das formas de solidariedade apoiadas no trabalho. Além disso, as formas de organização aqui mencionadas estão nascendo no chão-da-fábrica, são organizações fundadas na empresa. Suas potencialidades podem ser indiretamente aferidas, numa primeira aproximação ao problema, se se levam em conta as dificuldades que foram antepostas à sua formação pelas forças patronais e estatais.

Seguindo-se por esses caminhos, os elementos colhidos da realidade presente parecem trazer de volta, ainda que sob um primeiro olhar, a solidariedade de classe dos trabalhadores. Nessa medida, evocam as bases fundadoras dessa identidade, isto é, a contradição fundamental entre o capital e o trabalho. Essa problemática conduz o pensamento crítico rumo a uma gama de questões muito polémicas: à formação das classes sociais, às lutas de classes e, no mesmo campo conceituai, à inevitável questão do Estado.

Uma solidariedade de classe aparentemente alargada para espaços internacionais; formas de organização que se expandem, desde anos recentes, no interior das empresas; uma capacidade já demonstrada de ultrapassar os muros da empresa (ou do setor) para gerar efeitos importantes no cenário maior da sociedade: aí estão elementos para uma nova análise do processo de formação da consciência de classe dos trabalhadores em suas atuais relações com

o Estado. Todos esses problemas que envolvem a recente história dos comités multinacionais de trabalhadores parecem contrariar as teorias que vêem o trabalho e os centros de produção mergulharem numa entropia mortal.

Contudo, a recente expansão dessas experiências de organização e de atividade coletiva, cuja riqueza de determinações se insinua já nos primeiros olhares que se lancem sobre elas, não conta, ainda, no Brasil, com uma literatura analítica razoavelmente extensa, como seria de se esperar dada a aparente originalidade do fenómeno e considerando-se a gama de questões teóricas que ele suscita no campo das ciências históricas, da economia política, da sociologia, da teoria das organizações, etc. Não seria exagero afirmar que essa literatura inexistente no Brasil na forma de acervo organizado, limitando-se, exclusivamente, a breves referências embutidas em textos sindicais ou em análises académicas em si mesmas dirigidas para outros focos. Inclusive na Europa, onde a história dos Comitês de Empresa Europeus (em sua forma legal) já se aproxima do marco inicial de uma década, a literatura sobre o assunto é limitada, embora incomparavelmente mais ampla que a produzida no Brasil.

Essa insuficiência de estudos sobre o tema justifica a presente tese, objetivando uma reflexão sistemática sobre um fenómeno atual que, no entanto, vem sendo alvo, apenas, de anotações à margem, em notas de rodapé ou em alusões apresentadas muito de passagem na literatura especializada.

A alusão à especialização, por sua vez, aponta para um conjunto de questões que se apresentaram desde a formulação das intenções relativas ao desenvolvimento do estudo visado. Porque, para viabilizá-lo, foi preciso antes relaxar as fronteiras que delimitam os territórios dos diferentes cursos na área das ciências humanas, tal como predominantemente configurados numa tradição académica bastante aberta a influências positivistas. O objeto proposto enuncia-se muito singelamente: organizações operárias em via de internacionalização mediante experiências primordiais e tateantes. Mas a sua discussão exige uma caracterização das transformações em curso na base económica da sociedade capitalista, assim como impõe incursões na esfera da política e nos domínios dessa entidade nebulosa, controversa nas interpretações que fomenta e altamente opressiva na sua existência concreta: o Estado. Para

dar conta de determinações situadas na confluência desses múltiplos elementos, não havia como prescindir de uma abordagem *multidisciplinar*.

Esta não seria uma tese, por exemplo, de Teoria das Organizações, nem de Sociologia do Trabalho - mas, ao mesmo tempo, teria que ser uma coisa e outra e mais ainda, pois diz respeito, também, à Economia Política, à História e às Ciências Políticas.

A teoria de Marx, que desde já se assume como referencial, simplificaria esses dilemas formais, indicando ser esta uma tese no campo do Materialismo Histórico; embora essa solução, bastante simples e límpida, provavelmente ativaria sinais de interrogação e criaria dificuldades para o enquadramento acadêmico, afeito às delimitações mais esquemáticas. Em todo caso, é um estudo que, certamente, pode ser absorvido pela esfera da Administração Pública, por conta da ampla abrangência da sua respectiva competência, oficialmente atribuída.

Isso posto, resta esclarecer uma questão mais substantiva: com que metodologia desenvolver a pesquisa? Diante de um conjunto de informações primárias e secundárias sobre essas redes emergentes de organização operária, que se disseminam por dentro das multinacionais, num espaço além-fronteiras, como direcionar uma discussão que ao menos tente produzir alguns esclarecimentos mais profundos que a mera descrição dos dados - úteis, nessa medida, à coletividade científica e, especialmente, aos trabalhadores, que, afinal, são os principais protagonistas nesse gênero de ação que se quer conhecer mais sistematicamente?

Que seja permitida, aqui, uma breve digressão: consta que Lenin muito apreciava uma fala do *Fausto* de Goethe: - *a teoria é seca, meu caro, mas a árvore da vida é sempre verde*. Conquanto essa predileção literária de Lenin sugira um ponto de vista substancialmente correto quanto à superioridade da prática sobre a teoria, talvez essa última pudesse ser pintada, com alguma condescendência, em cores menos cinzentas. A teoria pode corresponder a uma reflexão ativa sobre a experiência e, sendo assim, mantém-se aberta à penetração de correntes vivas que, mesmo mantendo-a *seca*, aproxima-a estreitamente da *árvore da vida*. Enquanto codificação de experiências coletivamente vivenciadas, a teoria é construída com a mesma

matéria das experiências em via de constituição dinâmica na atualidade. Portanto, poderá ser muito profícuo um diálogo entre esses pólos - entre a teoria e a prática em curso.

Eis um caminho metodológico aparentemente fecundo: para orientar o pensamento rumo àquela *síntese de múltiplas determinações* a que se refere Marx em suas observações sobre o método na economia política, que a teoria questione a prática atual, busque seletivamente em seu corpo conceituai as perguntas a serem dirigidas aos fatos novos e, por esses meios, deflagre o processo de elaboração do conhecimento pretendido.

No lugar destinado ao objeto do estudo, há uma forma específica de organização operária. Em princípio, cercada de hipóteses díspares: poderia ser, talvez, uma criação arbitrária, arquitetada pela imaginação de vanguardas nem sempre realistas; mas, também em princípio, poderia não sê-lo. Com que parâmetros se lograria a identificação da natureza desse objeto aparentemente tão simples? A teoria (marxista) nos diz que a história da humanidade (irrestritamente) tem sido a história das lutas de classes. Se as observações colhidas indicarem que esses organismos efetivamente resultam de lutas de classes, estaria afastada a hipótese do artificialismo, reconhecida a sua vitalidade e, conseqüentemente, abertos novos espaços para prosseguir-se na busca de um conhecimento específico sobre a sua dinâmica e condições de existência. Se tais organizações condensam lutas em sua história, em que estágio elas se encontram? Em sua gênese e desenvolvimento, as classes envolvidas compõem com *consciência de classe!*

Contudo, seria impróprio conduzir a abordagem a essas questões de forma linear e direta, sem travar determinados embates paralelos - que não seriam polémicas com teorias cujos fundamentos epistemológicos estão muito distantes do marxismo, alvo de amplas e conhecidas discussões passadas, de tal modo que um retorno a elas seria ocioso. Tem-se em vista os embates com essa outra variedade de teorias, aliás de estatuto epistemológico nem sempre explícito, das quais se pode dizer que gravitam em torno do marxismo; pois, uma das suas características comuns é a descoberta de mudanças recentes de tal ordem fundamentais na estrutura da sociedade capitalista que teriam tornado sem efeito as categorias analíticas marxistas. Anote-se que, para a maioria desses trabalhos, as transformações sociais referidas,

longe de resultarem de abalos revolucionários daquele tipo que costuma separar as eras históricas, instalaram-se por assim dizer *silenciosamente*, como decorrência imediata do desenvolvimento de fatores supostamente autônomos (a tecnologia, sobretudo). Em consequência dessas transformações, estariam a caminho da morte o trabalho assalariado, as classes, a identidade de classe. Essas teorias não poderiam ser ignoradas aqui, não somente porque interpõem objeções fortemente taxativas aos pressupostos a partir dos quais se desenvolve uma tese como esta, virtualmente negando sua legitimidade, mas também porque são objeções que encontram respaldo em amplos segmentos das ciências humanas no mundo acadêmico. Por tudo isso, a discussão indicada nos parágrafos anteriores precisaria estar precedida e acompanhada por um debate sobre essas mortes anunciadas.

E, além disso, há o problema dos Estados nacionais. Sobre eles também pairam dúvidas: estariam morrendo? Caso afirmativo, a pesquisa os desprezaria e seguiria outros rumos; caso negativo, ou seja, se os Estados efetivamente importam, se agem como fatores tangíveis e ponderáveis no desenvolvimento das formas organizatórias já indicadas como objeto desta tese, novas perguntas se fariam obrigatórias: que modalidade de interferência os Estados nacionais exercem sobre essas novas formas organizatórias dos operários? Ou, invertendo o sentido da pergunta: qual a atitude dos operários, quando organizados nessas cadeias internacionais, ou em suas bases precursoras, diante desses Órgãos de poder?

Deve-se partir, portanto, de uma discussão teórica¹. Que não será, porém, uma discussão em aberto; pois a teoria apresenta meandros ilimitados, nos quais sempre se corre o risco de um giro a esmo ou, mais perigosamente, de uma exposição formalista descolada das perguntas sugeridas pela pesquisa empírica. Parte-se de uma discussão teórica, sim, mas com a preocupação presente de encontrar as pistas e os enquadramentos capazes de dar consistência às perguntas acima esboçadas, visando torná-las mais finamente orientadas para o esclarecimento das múltiplas determinações que se deseja construir em torno dos dados obtidos na observação imediata.

Löwy (1998:215-216), referenciando-se em Bourdieu, afirma que *nenhuma inovação e nenhuma estratégia de subversão ou de crítica no conhecimento do social é eficaz se não mobiliza 'o capital do saber acumulado'*.

Por outro lado, cabe esclarecer em que consistem os dados pesquisados, que aqui se oferecem à análise crítica.

Para levantá-los, levou-se em conta as orientações previstas no Projeto aprovado no Exame de Qualificação. Optou-se por uma concentração da pesquisa em pólos operários específicos, selecionados: os locais onde a organização operária coloca-se à frente e desempenha uma função de referencial, com força de irradiação. O universo pesquisado não foi, portanto, o conjunto das organizações operárias construídas no interior das multinacionais sediadas no Brasil, mas, concentradamente, aquele subconjunto mais representativo das tradições de luta e organização independentes: os metalúrgicos do ABC paulista, especificando as grandes montadoras do setor automotivo.

Por outro lado, em função do caráter internacional das organizações fabris em análise, e considerando que estão mais visíveis no interior das multinacionais europeias, uma parte da pesquisa foi feita na Europa, com o objetivo de destacar os elementos da gênese e desenvolvimento dessas organizações.

Finalmente, observou-se uma outra restrição metodológica: uma delimitação do tempo histórico analisado. O estudo limita-se aos anos 1990-1999, quando se verifica uma disposição mais explícita (ao menos em suas resoluções escritas) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em reforçar suas organizações por local de trabalho, não obstante o refluxo do movimento em seu conjunto, ao tempo em que começam as primeiras incursões práticas dos operários fabris brasileiros no espaço internacional (dentro das multinacionais). Na Europa, foi este o período da legalização e expansão dos CEE.

A pesquisa, no Brasil, consistiu em entrevistas com lideranças operárias representativas das articulações internacionais em andamento nas principais montadoras do ABC paulista, com assessores sindicais diversos e no levantamento de amplo material publicado por entidades sindicais; a maior parte da documentação reunida foi fornecida pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT). Simultaneamente, foram pesquisados

documentos no setor de documentação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, bem como de outras entidades, como a Escola Sindical São Paulo.

Foram entrevistados: um membro da Executiva do Sindicato Metalúrgico do ABC; lideranças das Comissões de Fábrica da Mercedes Benz, da Volkswagen e da Ford - todos esses simultaneamente responsáveis pelas articulações internacionais nessas empresas; um membro da Executiva da Confederação Nacional dos Metalúrgicos e participante das articulações internacionais do Grupo Gerdau. Entre os assessores: um dos dirigentes da Escola Sindical São Paulo; instrutores de formação em São Bernardo e técnicos da subseção do DIEESE no ABC. Ainda em São Paulo, foi entrevistado um representante sueco no Comité de Empresa Europeu da Atlas Copco-Uniroc. Em Salvador, um dirigente do Sindiquímica, participante das articulações internacionais com os químicos alemães.

A parte europeia da pesquisa teve como postos de observação direta a França e a Espanha, onde foram feitas entrevistas e obtidos material informativo e de análise, principalmente através da CFDT e CC.OO, respectivamente em Paris e em Madrid. Indiretamente, foram obtidas informações também da Alemanha, mediante publicações em idioma espanhol editadas pelo Comité íntercentros da Volkswagen, pelo *IG Metall*, pela Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas-FITIM e pelo grupo de oposição ao sindicato alemão dos químicos, o *Chemie-Kreis*.

A pesquisa europeia concentrou-se, também, entre os metalúrgicos e, mais particularmente, no setor automotivo. Na França, além do material escrito recolhido, sobretudo na CFDT, foram ouvidos um Secretário da Federação Metalúrgica da CFDT e um assessor. O *Parti des Travailleurs* forneceu um conjunto do seu periódico informativo. Na Espanha, foram entrevistados: um dos representantes espanhóis no Comité Europeu da Renault; o Secretário Internacional da Federação Metalúrgica das CC.OO; o coordenador da assessoria económica dessa Federação; o sociólogo da Federação referida; dois Diretores da

Federação de Comunicação e Transporte das CC.OO. Na *Fundación 1 de Mayo*, órgão de pesquisa das CC.OO, foram ouvidos dois historiadores e um sociólogo. Entre os textos reunidos, particularmente importante foi um rascunho intitulado *El derecho de información y*

consulta desde el punto de vista de los representantes de los trabajadores de empresas filiales - resultante de um seminário organizado por Bruno Estrada, assessor da Federação Metalúrgica das CC.OO. Esse documento traz a súmula das falas dos delegados espanhóis (filiação às CC.OO) nos diversos CEE, abordando os mais importantes aspectos da experiência desses órgãos (alguns trechos desse importante documento estão publicados nos Anexos a esta tese). Foram feitas consultas no arquivo da *Fundación 1 de Mayo* e no Setor de Documentação das CC.OO. A pesquisa desenvolvida na Europa, conquanto dirigida para os dois países já mencionados, esteve formalmente vinculada, sob a orientação do Prof. Michael Löwy, à Universidade de Paris-8, em cuja Biblioteca foram desenvolvidas as leituras de aprofundamento previstas no Projeto aprovado no Exame de Qualificação.

A tese apresenta-se estruturada em duas partes, com um total de cinco capítulos, além desta Introdução e das Conclusões.

Os dois primeiros capítulos compõem a Primeira Parte da tese e discutem os referenciais teóricos assumidos:

No Primeiro Capítulo, pergunta-se pelas forças motrizes das organizações estudadas. Seu objetivo ainda não é o de chegar a uma resposta, mas o de enquadrar a pergunta segundo parâmetros teóricos orientadores. Essas cadeias internacionalistas de organização e ação operária - são elas organizações animadas e impulsionadas pelas lutas de classes? Pergunta demasiadamente ampla, caberia reformulá-la segundo enunciados mais detalhados.

Em primeiro lugar, o que dizer das objeções teóricas acima mencionadas, que desconsideram o papel estruturante do trabalho, ignoram e esvaziam o poder analítico de categorias tais como o valor, a força de trabalho, as classes, a luta de classes, a identidade de classes? Essa polémica é desenvolvida em duas frentes, a da teoria no seu sentido mais abstrato (com as necessárias incursões na teoria do valor e na crítica da economia política, conforme Marx) e a da interpretação quanto à natureza da *reestruturação* contemporânea que afeta a base produtiva da sociedade capitalista.

Em segundo lugar: não obstante a localização prévia e genérica do marxismo como referencial teórico, em que vertente específica desse vasto continente, sabidamente crivado por interpretações variadas, será conduzido o entendimento quanto ao processo de formação dos operários como classe? Que peso específico joga a organização da classe? (Questão fundamental, ressalte-se, pois é a organização, em uma de suas formas concretas, que se propõe como objeto central ao presente estudo). Finalmente, complementando a mesma pergunta, que função particular se atribui às organizações operárias nascidas dentro das empresas para *o formar-se* da classe?

O Segundo Capítulo prossegue e encerra as discussões teóricas básicas, os pressupostos da tese. Seu ponto de partida é a crítica aos autores que fazem uma conexão sem mediações entre as mudanças (de um tipo suposto) em andamento na esfera do Estado e as determinações económicas, especificamente os processos de concentração e centralização do capital. Nessas teorizações, o novo Estado não se torna compreensível a partir das determinações que lhes são próprias, mas apenas como decorrência de fenómenos económicos geralmente vinculados a um impreciso conceito de globalização. Abstraindo-se as imprecisões conceituais da *globalização*, deixando-as para um debate na Segunda Parte da Tese, interessa nessa altura expor em destaque a crítica ao reducionismo implícito nesse enfoque, e para isso se busca uma alternativa, uma teoria não determinista do Estado. Essa é a primeira preocupação presente no capítulo. Em seguida, sob dois outros subtítulos, expõem-se as mutações em curso que fazem crescer aceleradamente as tensões no campo dos Estados nacionais, sejam aquelas que transparecem nas relações interestatais, no interior do sistema imperialista, sejam aquelas outras que os afetam *por dentro*, nas suas relações com as classes dominadas da sociedade atual.

Esses dois capítulos iniciais completam o arcabouço teórico a partir dos quais se inicia uma aproximação aos dados da pesquisa, e deles resultam algumas linhas de debate a serem desenvolvidas mais a fundo nos capítulos seguintes.

Segue-se a Segunda Parte da tese, onde se entra no mérito da pesquisa realizada e das questões concretas que suscitou; aí se agrupam o terceiro, quarto e quinto capítulos:

No Terceiro Capítulo, é apresentada uma visão panorâmica do fenômeno organizatório em foco. As experiências de avanço internacional de organizações operárias no interior das multinacionais brasileiras são descritas em sua gênese e desenvolvimento, esboçando-se uma periodização do seu percurso recente. Nesse mesmo sentido, são descritos os Comitês de Empresa Europeus, já que se tem em vista a inserção brasileira nas cadeias mundiais emergentes. A periodização abrange uma longa *pré-história* dessas organizações, nos idos dos anos 50 e 60, quando são lançadas pela primeira vez, como projetos, por algumas lideranças sindicais nos EUA e na Europa. Sua *história*, propriamente dita, é mais recente, esboça-se nos anos 80 e ganha mais força na década de 90. A experiência demonstra a construção de articulações efetivas, horizontais, entre bases operárias de unidades empresariais situadas na Europa, na África, na América do Norte e do Sul, na forma de pares articulados com as combinações as mais variadas, ainda que mediante trajetórias curtas (porém recorrentes). As articulações avançam quase sempre como resultantes de iniciativas de lideranças, mas em situações e momentos especiais já foram legitimadas pela participação das bases operárias em conflitos coletivos. A integração brasileira nessas experiências também começa "puxada" pelas lideranças, revelando frequentes interrupções, mas já conta com episódios de legitimação coletiva em empresas de setores industriais diversos. Por exemplo: na Mercedes Benz (automotivo), Cutrale (alimentos), Philco (eletrodomésticos), entre outras. Nesse capítulo, as bases empíricas da pesquisa passam a se encontrar, de forma sistemática, com os referenciais teóricos apresentados nos primeiros capítulos.

O Terceiro Capítulo apresenta, também, um primeiro questionamento crítico de caráter geral: as organizações supranacionais do tipo Comité de Empresa Europeu e Comité Mundial nascem por dentro de uma estrutura sindical herdeira de um sindicalismo historicamente enraizado no espírito de colaboração de classes que acompanhou o prolongado pós-guerra. E, apesar dos sinais de revitalização emitidos por esse mesmo sindicalismo nas últimas décadas, cuja confiabilidade permanece duvidosa, poderiam os Comitês de Empresa Europeus e Mundiais, através dos seus conflitos internos, da sua diversidade e heterogeneidade de representações, superarem as hegemonias que trazem nas suas origens, firmando uma

trajetória de independência e uma representatividade mais consistente nas bases mais profundas da classe operária?

O Quarto Capítulo faz um *mergulho* na problemática da organização operária nos espaços nacionais, pré-condição antes discutida e assumida para o amadurecimento da participação brasileira nas cadeias organizatórias especificamente internacionais. Discute-se em que estágio se encontra o processo de formação dos operários brasileiros como classe. Questionam-se os estreitos limites para a organização operária dentro das fábricas e volta-se ao debate sobre a conquista da liberdade de organização (em sentido amplo, aí abrangido o direito à livre organização fabril) como manifestação primordial de uma identidade de classe. A discussão se desdobra tentando alcançar a fronteira mais recente do tempo histórico, avaliando criticamente os dilemas e impasses vividos pelos operários para tornar real essa ampla liberdade de organização dentro do seu próprio país. São estudados os impulsos ou as repetidas *abordagens* do movimento operário brasileiro recente, vistos como indicativos de lutas propostas de forma concreta porém fragmentária pelos próprios operários, expressão de necessidades já percebidas ao menos nos seus redutos mais ativos.

O conteúdo do Quinto Capítulo é um prosseguimento imediato das discussões apresentadas no capítulo anterior: as lutas pendentes, supostamente reveladas através de abordagens coletivas sucessivamente realizadas pelos operários, somente poderiam consumar-se e resolver-se se mediante enfrentamentos no espaço do poder público. Essa constatação é notoriamente válida para as lutas nacionais, mas ganha o mesmo sentido quando se estende o campo de análise para a organização internacional dos operários. Há o Estado (no singular), da mesma forma que há os Estados (no plural) - e há um direito à organização internacional até aqui admitido apenas de forma limitado, compulsoriamente fadado à incipiência. O limite do que é permitido, do que se constitui em direito, dá a dimensão do que não é permitido, do que está bloqueado aos operários. Essa discussão descortina, sob um ângulo pouco explorado, a problemática da globalização. Imediatamente conduz a uma nova polémica, desta vez quanto às supostas implicações da *transnacionalização*, que tenderia a substituir os Estados como agentes do poder pelos próprios grupos empresariais - industriais e financeiros. O que seria mais uma manifestação de uma visão marcada por um automatismo que, a ser levado em

conta, faria da emergência das organizações internacionais horizontais dos operários um subproduto trazido de roldão pela onda maior e inescapável das forças globalizantes. Afinal, que relação existe entre a chamada globalização e a emergência, aqui estudada, de redes organizatórias operárias de âmbito internacional? Se essas últimas fossem fenômenos impelidos *no bojo* dessa mesma e mítica correnteza de mundialismos, teríamos algo já dado (e de *anatomia* automaticamente cognoscível). Mas, na prática, as referidas organizações internacionais não encontram tais facilidades, pelo contrário: somente avançam na luta, afastando resistências ou tentativas de neutralização. Nesse capítulo, pretende-se apresentar uma crítica às interpretações globalistas simplistas e traçar, em linhas gerais, a especificidade dos espaços onde as novas organizações operárias terão de lutar, como condição para firmar-se: argumenta-se que terão de fazê-lo nos espaços dos poderes públicos, na forma de lutas políticas por direitos de classe.

O Quinto Capítulo, portanto, retoma questões teóricas; contudo, distanciando-se dos dois primeiros, o faz *a posteriori* à experiência estudada. Por isso, enfrenta dilemas teóricos mais densos. Como sustentar, teoricamente, a abrangência subjacente aos conceitos de globalização, globalismo, transnacionalidade e outros do mesmo tronco semântico, se uma das forças dinâmicas fundamentais da sociedade concreta (os trabalhadores) encontra bloqueios à sua transnacionalização (ou globalização, etc), e se as próprias classes dominantes "globalizam-se" em meio a conflitos entre si de tal forma inextirpáveis em sua recorrência que as obrigam a apoiar-se, também por conta dessas dissensões internas, em escudos protetores de raízes nacionais, os Estados-Nação, reformados, irreconhecíveis sob certos ângulos, porém irreduzíveis enquanto velhos agentes do monopólio da violência, ainda mais que submetidos a uma ordem hierárquica cruenta, como o atesta a história da última década deste Século?

A classe operária, por outro lado, não parece fadada a esse destino de eterna dissensão interna; as experiências organizatórias estudadas nesta tese sugerem que, ao avançar suas lutas e organizações, quanto mais assim ocorre, mais se reduzem os elementos fragmentadores a que está atualmente submetida.

E, assim, o raciocínio se vai fechando em franca colisão com o jogo de aparências do mundo atual. Não seria descabido, nesse contexto, lançar uma pergunta - reservando um espaço para ser respondida nas Conclusões desta tese: não estaria a classe operária, essa força social contida em fragmentos pela atual "globalização" do capital, aparentemente condenada à estreiteza dos pedaços de mundo nos quais lhe é permitido mover-se, não estaria ela, paradoxalmente, demonstrando potencialidades (por enquanto apenas insinuadas nas suas experiências organizatórias emergentes) para integrar uma globalização bem diferente dessa que se anuncia imperfeitamente na atualidade? Não estaria ela demonstrando habilidades para compor uma ampla e futura globalização do trabalho - onde o *global* enfim apareceria sem os entolhos conceituais, sem os antagonismos responsáveis pelas contratendências nacional-estatais que tanto dificultam a formulação do conceito de *transnacionalização* do capital?

Contudo, não seria esta a pergunta fundamental a ser respondida nas Conclusões. A problemática específica desta tese é a evolução e o comportamento recentes das cadeias organizatórias que vêm sendo construídas pelos operários dentro das empresas multinacionais, destacando a inserção brasileira. Discutida a gênese e a dinâmica de desenvolvimento do fenómeno, seria possível dizer algo quanto às suas perspectivas futuras?

SEGUNDO CAPÍTULO

A PRESENÇA DO ESTADO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS PRELIMINARES

2.1 Introdução

Uma outra pergunta deve ser dirigida às experiências observadas: os Estados nacionais interferem nas formas emergentes (internacionais) de organização operária?

A primeira vista, pareceria uma pergunta de resposta direta, não fossem as ressalvas que uma plêiade de autores provavelmente lançariam, já de antemão, contra a sua simples formulação; pois, em seus estudos sobre a atualidade, reduzem o peso específico, conceituai e prático dos Estados Nacionais, em nome do advento de um Estado mundial fortemente vinculado aos céleres movimentos de expansão *supranacional* do capital.

Para Arrighi (1996-a:343), por exemplo, "*assiste-se ao definhamento do moderno sistema de Estados territoriais como locus primário do poder mundial*". Simultaneamente, ainda segundo Arrighi, o sistema de Estados nacionais parece mover-se em direções opostas, em alguns casos mediante manobras "para a frente", originando formas concretas de um governo mundial nascente, mas em outros casos promovendo guinadas "para trás", retrocedendo para formas primitivas em via de desagregação e em meio à instalação do caos sistémico (submersão em guerras étnicas, mergulho na regressão económica). Arrighi associa essas tendências à crise da hegemonia americana, aos movimentos expansivos do capital mundial e à conseqüente ascensão de uma comunidade de interesses rentistas de cunho cosmopolita.

Numa outra linha teórica, quem destaca o declínio do Estado-nação e relaciona o fenómeno às transformações mais profundas na economia capitalista, decorrentes da internacionalização do capital, é Held (1991 :*passim*): a crise dos Estados nacionais estaria acompanhando a internacionalização da produção e das operações financeiras, sob a direção do expansionismo das multinacionais em geral e dos bancos em particular. É certo que Held acrescenta duas ressalvas: primeiro, lembrando que os Estados-Nação continuam vivos, sendo o seu definhamento um processo prolongado; segundo, registrando que a emergência de formas estatais supranacionais não é um fenómeno absolutamente novo, visto que movimentos precursores podem ser localizados até mesmo na história medieval. Conclui, no entanto, que as mudanças hoje verificadas estão promovendo marcos qualitativos precisamente na medida em que avança a "globalização", fazendo crescer a interconexão global entre atividades económicas, sociais e políticas, bases embrionárias de um governo global e, na mesma medida, derrubando a eficácia de importantes instrumentos políticos à disposição dos Estados nacionais.

No Brasil, teses semelhantes têm alcançado ampla difusão. Que se destaque Ianni (1999:94), para quem "*...No âmbito da sociedade global, vista como um universo de relações, processos e estruturas novos, próprios da globalização, o Estado-nação perde boa parte do seu significado tradicional*". Conquanto a frase citada busque explicações mais amplas para o fenómeno (*um universo de relações*), o autor delimita, em outras passagens da sua obra, uma

determinação económica bastante similar àquela dos autores acima mencionados: "a *globalização da economia capitalista, compreendendo a formação de centros decisórios extra e supranacionais, debilita ou mesmo anula possibilidades de estratégias nacionais*" (Ianni, 1999:89). É sobre tais determinações que Ianni elabora o seu conceito de "era do globalismo", que caracterizaria o capitalismo atual. Na mesma linha teórica segue Mello (1999:248) que, embora ressalte que a figura do Estado-Nação não fique anulada *in totum* nesta nova etapa do capitalismo (refere-se ao *globalismo*, tal como entendido por Ianni), afirma que hoje se assiste a um "*gradual desmantelamento do poder dos vários Estados nacionais e de sua substituição pelo crescimento de novas formas de poder estatal federativo supranacional*" (Mello, 1999:228). Na base de tais transformações, Mello sublinha o acelerado processo de centralização do capital no plano mundial.

Notam-se, nessas diversas análises, ecos das antigas projeções feitas por Kautsky em suas formulações quanto ao ultra-imperialismo (Kautsky apud Wollen, 1995:235-239). Inspirado em Kautsky, Wollen (1995:238) conclui que "*o capitalismo entrou claramente num novo estágio de globalização, suplantando o manchesterismo, o imperialismo clássico e o fordismo expandido dos anos do pós-guerra*". Wollen, no trabalho citado, não torna explícitos idênticos saltos analíticos rumo à tese do declínio do Estado-Nação, embora veja na teoria kautskiana do "ultra-imperialismo" uma previsão quanto à futura administração de conflitos nacionais em escala global. Essa proposição quanto à administração global de conflitos, sob um centro hegemónico mundial, sugere uma configuração política estável, muito semelhante à do emergente governo mundial cuja formação, aos olhos dos demais autores acima citados, estaria em desenvolvimento na atualidade.

Há um problema comum a essas múltiplas e difundidas teorias quanto ao declínio atual dos Estados-nacionais: elas estão apoiadas numa relação muito direta, *reducionista* da política à economia. À expansão e centralização do capital no espaço mundial corresponderia, como um reflexo, uma transformação na esfera política que afetaria radicalmente a história do capitalismo.¹¹

¹ Esse *economicismo* conta com uma tradição que vem de longe. Há ecos, inclusive, em obras que se anunciam contrárias a esse vício, como a de Poulantzas. Em seu estudo sobre o fascismo (Poulantzas, 1978), aparece uma

A sustentação empírica dessas teses é bastante precária. Tudo se passa como se as incontestáveis evidências de um avassalador avanço da centralização mundial do capital bastassem para consagrar a tese do governo mundial, dispensando, na sua demonstração, uma riqueza de determinações colhidas no próprio espaço da política. Marcada por extrapolações, as obras em foco estão apoiadas na armadilha do determinismo económico.

Reafirmando que a presente tese referencia-se numa determinada interpretação do marxismo, cabe expor, resumidamente, os pressupostos teóricos que, em Marx, indicariam uma outra direção para a análise dos dados empíricos que a experiência mundial hoje oferece ao estudo, especificamente no que diz respeito às mudanças que estão afetando a esfera do poder público. Dada a amplitude do tema, porém, torna-se imprescindível esclarecer que postulado teórico (precisamente) se deseja encontrar, nas vastidões do marxismo, para firmá-lo como referencial de partida na discussão da pergunta fundamental deste capítulo.

Primeiro: quer-se localizar em Marx argumentos que retirem o Estado dessa condição de mero reflexo da base económica (a que o relegam as teorias mencionadas acima), enfatizando sua eficiência própria na história do capitalismo e em particular no período em estudo, na última década do Século XX.

Segundo: deseja-se demonstrar que o Estado vive *atualmente* uma alta tendencial de tensões internas, resultante de modificações mundiais nas relações *interestatais* e, simultaneamente, no plano nacional, *intra-estatal*, resultante de um novo direcionamento das estratégias públicas frente às respectivas classes dominadas da sociedade.

Norteados pelos referenciais teóricos colhidos nesses debates, o capítulo se encerrará mediante observações gerais que já evidenciam o intervencionismo crescente do Estado nas

relação direta entre o fascismo e o período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. Admitida essa relação direta, a autonomia relativa do Estado, tão enfatizada pelo autor no conjunto da sua obra, parece questionada.

organizações operárias na atualidade, em todos os seus níveis. Assim como no primeiro capítulo e, de certa forma, continuando a sua lógica, também aqui a discussão teórica e sua primeira aproximação aos dados da pesquisa conduzem à sugestão de hipóteses relacionadas ao objeto desta tese - cujo debate se fará mais detidamente a partir do terceiro capítulo.

2.2 Um enfoque antideterminista para o Estado

Para essa discussão, o obrigatório ponto de partida não parece ajudar muito: Marx foi bastante sucinto quando expôs de forma sistemática sua compreensão acerca das relações entre a "superestrutura" e a "base" da sociedade:

...Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (Marx, 1971:28-29.

Toda exposição excessivamente sumária de uma teoria incorre em ambiguidades, e esse trecho de Marx não escapa à regra geral. Se associada à ideia de uma construção, onde haveria uma alicerce ou rés-do-chão (a estrutura económica) e um andar superior (a superestrutura jurídica e política), a sociedade pensada por Marx pareceria marcada por determinações estanques, distanciadas por divisórias rígidas, podendo-se até supô-las auto-suficientes em suas respectivas áreas ou, numa interpretação ultramecânica, sugerindo-se um

papel funcional apenas aos "alicerces", com as instâncias superiores reduzidas à condição de meros automatismos.

Acontece que o ponto de vista de Marx sobre o problema não se resume às breves linhas acima citadas: toda a sua obra contém, necessariamente, um determinado entendimento sobre as conexões entre a estrutura económica e a superestrutura, em geral, ou entre a estrutura económica e o Estado, em particular, visto que o seu objeto de estudo é a sociedade humana (com uma óbvia ênfase sobre uma das suas formas históricas particulares - o capitalismo). Logo, as referidas conexões entre estrutura e superestrutura podem ser explicadas em linhas menos sumárias do que aquelas já citadas. Gorender, por exemplo, toca no assunto mediante as seguintes considerações:

As categorias económicas, ainda quando analisadas em níveis elevados de abstração, se enlaçam, de momento a momento, com os fatores extra-económicos inerentes à formação social. [...] Assim, ao contrário do que pretendem críticas tão reiteradas, o enfoque marxiano da instância económica não é economicista, uma vez que não a isola da trama variada do tecido social. O que, convém enfatizar, não representa incoerência, mas, ao contrário, perfeita coerência com a concepção do materialismo histórico enquanto teoria sociológica geral: a concepção segundo a qual a instância económica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social, os quais, por sua vez, sob modalidades diferenciadas, são instâncias da superestrutura possuidoras de desenvolvimento autónomo relativo e influência retroativa sobre a estrutura económica. (Gorender, 1985-b:XXIV)

Essa outra interpretação sobre o pensamento de Marx não é, seguramente, isolada. Expressivas vertentes do marxismo entendem a matriz metodológica de Marx nos termos acima expostos. A sociedade é pensada como um todo interpenetrado por conexões dialéticas que se influem reciprocamente, ainda que uma das forças atuantes no *todo* - as relações de produção e as forças produtivas - "condicione" as demais. Quer dizer: delimite o campo de

possibilidades para a eficácia das outras forças operantes, a exemplo da vontade das classes sociais, da ação política, do Estado, etc.

Aqui se impõe um parêntese com uma importante ressalva: essa ideia quanto às conexões dialéticas dentro do *todo* não esvazia a tese da *determinação* exercida pela base económica que, para Marx, consiste fundamentalmente nas *relações de produção* (em cujo interior se desenvolvem as forças produtivas). Essa centralidade conceitual das relações de produção implica na centralidade da contradição, pois as relações de produção (numa sociedade de classes) são relações antagónicas. Sob esse ângulo, entende-se a centralidade das lutas de classes na concepção marxista da história; e a teoria, assim formulada, continua distante do determinismo: na base da história há relações de antagonismo, portanto *fontes de luta*, jamais um fetiche.

Destacados marxistas compartilham dessa interpretação geral quanto às conexões entre estrutura e superestrutura no pensamento de Marx. É o caso de Gramsci (1978:57) para quem...

...o raciocínio [refere-se ao "bloco histórico"] funda-se na reciprocidade necessária entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é, precisamente, o processo dialético real).

Embora correndo o risco da prolixidade, alguns recorrentes exemplos ilustrativos poderiam ser retirados da obra de Marx a título de indicativos para uma demonstração sobre o ponto de vista defendido na introdução deste capítulo, relativamente à existência, nesse campo

Saes (1994) não parece se dar conta da *essencialidade* do antagonismo social subjacente às relações de produção e seu papel determinante da teoria da história de Marx. O autor posiciona-se pelo primado das forças produtivas na base económica, um viés que mantém pontos de contato com as teses que vêem a tecnologia como variável autónoma, *a la* Habermas. Ainda assim, a determinação dos "fatores" económicos é admitida apenas nas situações de transição entre modos de produção; nas demais situações, a interação recíproca entre instâncias implicaria numa ausência de determinação. (Não obstante tais problemas, o trabalho citado de Saes traz uma importante crítica retrospectiva aos debates introduzidos pelos althusserianos sobre o conceito de modo de produção).

teórico, de uma concepção não-determinista do Estado. Para simplificar os termos do debate, toma-se indistintamente as relações base-superestrutura (problema geral) e base-Estado (problema particular), assumindo-se, assim, que, do ponto de vista metodológico, a abordagem das referidas relações torna-se um único e mesmo problema.

O processo científico de produção de conhecimentos parte, para Marx, da observação imediata ou seja, conta com uma base empírica - um "impulso do exterior", pois o objeto, quer dizer, a sociedade, precisa estar "constantemente presente no espírito como dado primeiro" (Marx,1971:230. Contudo, os dados da observação imediata não são gravados em tábuas vazias: eles são recepcionados por abstrações, por sua vez resultantes de conhecimentos acumulados historicamente, e serão tais abstrações que permitirão ao estudioso das ciências sociais o processamento das informações empíricas num trabalho de raciocínio que é, obviamente, inerente e interior ao pensamento. Essas ponderações metodológicas levantam uma questão que, em especial, provocará rebatimentos sobre a temática em discussão: como julgar se o trabalho que se desdobra no interior do "cérebro pensante", aquele que permite chegar-se às abstrações, está avançando segundo critérios consistentes? Alguns marxistas propõem respostas. Para Mandei (1985:8), por exemplo,

O resultado abstrato será verdadeiro apenas se tiver êxito em reproduzir 'unidade dos diversos elementos' presentes no concreto. Só a totalidade é verdadeira, diz Hegel, e a totalidade é a unidade do abstrato e do concreto - unidade de opostos e não a sua identidade.

Segundo essa interpretação, as próprias abstrações precisarão submeter-se a certos critérios de elaboração: deverão absorver os elementos significativos das diversas instâncias que integram o *todo* concreto. Para que essa correção de procedimento seja possível é necessário que o pensamento, durante esses seus trabalhos internos, volte a abordar a realidade exterior para captar o sentido de totalidade inerente aos movimentos reais.

Somente o todo é verdadeiro. Se essa proposição de Hegel pertence também a Marx deveríamos encontrar na obra deste último, especificamente ao nível das abstrações "mais simples", alusões às diversas variáveis importantes da realidade em foco. Na própria análise abstrata dos movimentos atinentes à base económica da sociedade, deveríamos encontrar também referências à superestrutura. Se se quer investigar a procedência dessa interpretação de Marx, um dos caminhos possíveis está em recorrer-se ao Livro Primeiro d'O Capital, precisamente onde as abstrações mais simples são apresentadas.

Uma leitura do Livro Primeiro com vistas à argumentação de que seria esse, efetivamente, o método de Marx, parece já encontrar, *a priori*, o endosso de vários marxistas. É o caso de Gorender (1985-b:XXX), que afirma:

A estrutura de O Capital, segundo Lange, foi montada de acordo com um plano que parte do nível mais alto de abstração, no qual se localizam fatores isolados ou no menor número possível, daí procedendo por concretizações progressivas, à medida que se acrescentam novos fatores, no sentido da aproximação cada vez maior e multilateral à realidade fatural. A esta interpretação, no geral correta, acrescentamos que o trânsito do abstrato ao concreto se faz em todo o percurso, a começar pelo Livro Primeiro. Já nele, encontramos o jogo dialético da passagem do abstrato ao concreto real e vice-versa.

Caberia acrescentar: Marx estaria combinando sua análise abstrata com incursões no concreto em decorrência da necessidade metodológica maior de apresentar sempre o *todo*, mesmo quando ainda se trata de tecer, nos níveis mais altos do trabalho teórico, as *abstrações mais delicadas* especificamente relacionadas a uma das suas instâncias particulares (no caso de *O Capital*, a instância da economia).

Uma leitura do Livro Primeiro desenvolvida com o propósito de verificação dessa hipótese irá mostrar, conforme exposto a seguir, recorrentes evidências de que o método empregado por Marx foi efetivamente esse. Por exemplo, ao analisar o dinheiro no Capítulo

III (seção "Mercadoria e Dinheiro"), são várias as alusões que Marx faz ao Estado e às leis que regem o curso forçado da moeda. Saltando-se para a análise da Jornada de Trabalho, no Capítulo VIII (seção "A produção da mais-valia absoluta"), encontraremos novamente inequívocas referências ao papel do Estado na regulamentação do emprego da força de trabalho.

Ocorre que são precisamente esses dois pontos que levam Brunhoff (1985:3) a concluir que a análise do capital abrange necessariamente o Estado. A circularidade D-M-D', segundo a autora, exige a interferência do Estado em dois momentos cruciais: na regulamentação da circulação do dinheiro e na regulamentação do emprego (e do desemprego) da força de trabalho. Textualmente:

A gestão estatal da mercadoria particular que é a força de trabalho (inseparável do provisão contínuo de mão-de-obra barata M), a gestão estatal da moeda (ligada à acumulação de capital-dinheiro D), tais são os principais eixos de uma ação do Estado, indissociável da produção e da circulação capitalista em geral.

Outros exemplos podem ser evocados. Ainda no Livro Primeiro, Capítulo XII, discutindo a divisão do trabalho e manufatura (na seção "A Produção da mais-valia relativa"), Marx volta a referir-se ao Estado e não só: ele alude, também, à resistência dos trabalhadores, ou seja, incorpora às abstrações mais simples a variável *ação política dos trabalhadores* (no caso, vista como reação contra os efeitos mutiladores da divisão manufatureira do trabalho).

Assim sendo, estaria esboçada uma demonstração de que, para Marx, a estrutura econômica e a superestrutura se entrelaçam num todo. A estrutura econômica condiciona as outras instâncias do todo, razão pela qual a sua obra começa pela análise dessa base; mas a própria análise da base já o obriga, mesmo ao pensar as abstrações mais simples, a buscar e incluir elementos da *superestrutura*.

Para o decurso desta análise, uma primeira consequência já se impõe: o entendimento subjetivo dos fenómenos económicos não pode limitar-se, exclusivamente, às determinações internas à instância da economia. Conclusão que já exclui, em Marx, o *reducionismo* do político ao económico. Nessa linha de raciocínio, deve-se concluir que: se a instância económica já não consegue ser absolutamente auto-explicativa quanto aos seus próprios movimentos, em seu próprio âmbito, muito menos seria capaz de, por si, fornecer as explicações suficientes para a compreensão dos movimento afetos, especificamente, às demais instâncias (aos domínios do Estado, por exemplo). Sob esses referenciais teóricos, seriam inconsistentes as análises sobre o Estado que apenas *refletem*, como puros efeitos especulares, as determinações económicas (evidentemente, aqui se tem um alvo em mente: a tese do globalismo, que vê o definhamento do Estado-Nação como algo que *acompanha* a "globalização" económica)

Prosseguindo: as abstrações mais simples, conquanto já contenham elementos relevantes do todo, conforme lembrado acima, representam não mais que o meio caminho no processo científico de produção dos conhecimentos a que se propõe a obra em referência. A partir das abstrações (do Livro Primeiro), Marx prossegue incorporando novas determinações rumo à síntese do concreto no pensamento. Mas a síntese representa, nesse movimento, um salto qualitativo, devendo-se, por isso, esperar que muitas conclusões da maior importância, ausentes ao nível das abstrações mais simples (do livro Primeiro) somente seriam expostas ao nível da síntese concreta.

Rosdolsky (1977) e outros importantes estudiosos da obra de Marx já se detiveram nessa discussão. Muitas conclusões relativas ao capitalismo moderno somente aparecem nos Livros Segundo e Terceiro - e poderiam aparecer em livros seguintes, caso Marx houvesse concluído o plano original da sua obra. Lamentavelmente, entre os tópicos do plano original que Marx não chegou a abordar enquanto objeto central de estudo, inclui-se o Estado.

A intenção de abordar o Estado, enquanto objeto central de análise, somente depois do estudo sobre o capital, portanto depois do Livro Terceiro, é algo que, como se sabe, já aparece explicitamente no plano indicado na *Introdução à Crítica da Economia Política*. O Estado

deveria ser estudado depois do capital mas antes mesmo do comércio internacional - e o seria enquanto *forma de concentração da sociedade burguesa* (Marx, 1971:237).

O fato de Marx não haver concluído o seu plano, estendendo a síntese do concreto a considerações sobre o Estado, dificulta mas não impede que se observe, através de trabalhos específicos, o modo através do qual ele estabelecia conexões *concretas* entre a base e a superestrutura da sociedade.

Em primeiro lugar, deve-se registrar as análises sobre as formações pré-capitalistas, quando Marx investiga a pré-história ou a genealogia do capital. Nesses textos, desenvolvidos em nível concreto (com elevada riqueza de determinações), Marx busca entender como se criaram, a partir de uma origem histórica comum, representada pela unidade entre os produtores e os seus meios de vida, as premissas para a posterior quebra radical dessa unidade, ocorrida quando do advento da sociedade capitalista. Nessas retrospectões, Marx introduz na análise o papel do Estado, em seus diferentes graus de complexidade: ao Estado coube forçar, através da coação extra-econômica e em íntima conexão com as forças econômicas, a referida separação radical entre produtores e respectivos meios de vida.

Essas análises encontram-se nos textos conhecidos como "*Formen*" (Marx, 1986) ou, talvez mais claramente, no próprio *O Capital*, no célebre capítulo reservado à análise da acumulação primitiva. Nesse último texto, embora fazendo parte do Livro Primeiro, Marx realiza uma abordagem concreta da sociedade europeia no período compreendido entre os séculos XV e XVIII, durante o qual operou-se a expropriação dos camponeses e a conseqüente separação radical entre produtores e meios de produção, abrindo espaços para o capitalismo. Todo esse processo foi presidido pelo Estado, com o emprego da violência política. A história da acumulação *originária* confunde-se com a história de diversas formas de violência extra-econômica presididas pelos Estados absolutistas europeus.

Os exemplos de análises concretas feitas por Marx - onde a ação do Estado interpenetra a base econômica - não se limitam às formações pré-capitalistas. Discorrendo sobre o desenvolvimento concreto da sociedade europeia, diversas análises tornaram-se clássicas:

sobre o período revolucionário de 1848, sobre a Comuna de Paris e outras. Deve-se ressaltar, contudo, pela sua clareza e densidade, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*.

O interesse especial dessa obra, na presente discussão, reside no fato de Marx apresentar ali um caso de aparente autonomização do Estado em relação à base económica. Nada mais distante das análises que entendem a superestrutura como mero reflexo das forças económicas - e que, ao abordarem a atualidade, pouco acrescentam além da constatação de que tal ou qual mudança operada no Estado simplesmente *resulta* da globalização da economia.

A alternativa a essas manifestações de determinismo económico está em buscar-se uma maior riqueza de determinações construídas especificamente na instância da política, nos "domínios" do Estado.

2.3. Novas conexões entre a teoria e o objeto em estudo

A argumentação aqui desenvolvida busca delimitar um referencial não determinista para a discussão sobre as fortes mudanças por que passam os Estados nacionais neste último quartel de século. Deseja-se chegar ao posterior desenvolvimento desta tese partindo da consideração de que está em Marx a alternativa ao determinismo económico unilateral. Um dos momentos nos quais melhor aflora o entendimento de Marx quanto à importância da ideologia e da política no decurso da história é precisamente aquele no qual aparece, em sua obra, a defesa explícita da revolução social.

Essa autonomia do Estado, em Marx, é, contudo, relativa. Não se confunde com enfoques tais como o de Weber (1944) onde o Estado e a política aparecem descolados de determinações económicas. Distingue-se, também, da visão de Braudel (1989), que descreve uma gramática das civilizações onde o Estado se autodesenvolve difusamente no bojo das circunstâncias espaciais, sociais, económicas e sob as mentalidades coletivas.

Porque se Marx entendesse o desenvolvimento social sob um reducionismo económico, as grandes transformações deveriam advir dos colapsos dos diversos modos de produção, quando as contradições presentes na estrutura económica, por si só, provocariam abalos sísmicos e mudanças puramente objetivas, com as superestruturas ruindo e/ou ressurgindo de forma passiva. Mas não é esse o caso. O apelo revolucionário de Marx é uma das "provas" mais enfáticas do seu antideterminismo (teórico e prático). Base e superestrutura formam uma totalidade, marcada pela ação eficiente das suas diversas instâncias constitutivas.

Esse ponto de vista teórico aconselha que, metodologicamente, ao se abordar o Estado em suas transformações neste final de século, exclua-se qualquer dedução diretamente fundada, sem mediações, nos notórios processos económicos que promovem a concentração, centralização e internacionalização do capital. Evidente que tais movimentos que envolvem a base da sociedade capitalista abrem um campo de possibilidades, que, no entanto, permanecem obscuras até que se busque construir, num processo de conhecimento, as determinações políticas que permitem ao Estado assumir a sua atual fisionomia, e não outra.

De volta às considerações iniciais do Capítulo, retome-se a crítica às teses calcadas num reducionismo implícito, via amarração direta do suposto enfraquecimento do Estado-Nação ao *globalismo* das forças económicas; análises quase sempre ricas na apreciação dos processos económicos em marcha, porém pobres nas determinações especificamente políticas, indispensáveis ao entendimento atual desse *todo* articulado que é a realidade social. Se construídas tais mediações, encontra-se um panorama muito afastado daquele apontado pelas teses sobre a era do globalismo. O Estado-nacional se robustece, se apropria de armas mais poderosas, ainda que o faça aproximando-se das suas mais antigas funções repressivas e perdendo, simultaneamente, parte das suas atribuições persuasivas, lembrando aqui a conhecida terminologia gramsciana.

Mantendo a análise na esfera relativamente autónoma da política, cumpre buscar as principais determinações que fazem a atual configuração do Estado.

2.4. Tensões crescentes nos domínios do Estado: o fim da "cooperação antagónica"

August Thalheimer¹⁴ escreveu um ensaio sobre as relações entre os Estados capitalistas centrais depois da Segunda Guerra. Thalheimer (1992) pôs em relevo um novo fator que estaria subordinando, desde então, os conflitos interestatais: a consolidação do bloco socialista, em especial o fortalecimento militar da União Soviética. O novo elemento introduzia na cena mundial uma polaridade fundamental, a cisão do mundo entre dois blocos envolvidos em dinâmicas socioeconómicas expansivas e opostas. Em tais circunstâncias, as tradicionais contradições entre potências capitalistas, conquanto preservadas, passavam a conter-se nos limites de uma cooperação entre elas. A ambiguidade subjacente a essa situação levou Thalheimer a elaborar o conceito de *cooperação antagónica* (cooperação entre os países capitalistas, apesar dos antagonismos existentes entre eles), bastante elucidativo quanto aos rumos da diplomacia mundial no pós-guerra.

O cenário da "cooperação antagónica" era já marcado pela hegemonia americana sobre o mundo capitalista. A propósito, em sua visão panorâmica sobre as transformações do sistema capitalista no pós-guerra, Magdoff (1972) caracterizou os Estados Unidos como *os organizadores do sistema imperialista*. A hegemonia dos EUA, exercida nos termos da "cooperação antagónica", encerrava um comportamento dual - coercitivo e persuasivo (ainda conforme a terminologia gramsciana). Atenção especial ocupavam, porém, os processos persuasivos, dadas as exigências ditadas pelo contexto histórico quanto à estabilização do

Contemporâneo e discípulo de Rosa Luxemburgo, Thalheimer foi um dos fundadores da Liga Espartaquista e do Partido Comunista Alemão, de cuja direção participou. Manteve-se crítico quando da tentativa insurrecional frustrada de 1923, sobre a qual escreveu "1923: uma oportunidade perdida?". No período 1924-1928, em Moscou, militou no PCUS. Retornando à Alemanha, foi um dos líderes da Oposição Comunista (KPD-O), um dos pólos de oposição ao stalinismo. Durante o nazismo, exilou-se na França, depois em Cuba. Logo em seguida ao fim da Guerra, escreveu diversas análises sobre o novo contexto mundial. Os trabalhos foram reunidos e publicados em fascículos, na Alemanha, pelo grupo *Arbeiterpolitik*. Do autor, no Brasil, há um livro editado pela Editora Laemert: *Marxismo e Existencialismo*. Há traduções livres, publicadas na imprensa clandestina durante a ditadura de militar, de diversos outros textos seus. Thalheimer faleceu em Cuba, em 1948.

bloco em seu conjunto.¹⁵ Nessa perspectiva devem-se situar os programas de estímulo ao crescimento económico dos países mais atrasados do sistema (ou dos países centrais quando circunstancialmente fragilizados), com vistas à redução de tensões que, eventualmente, pudessem abrir brechas de vulnerabilidade num quadro de conflagrações latentes, resultantes da presença do bloco socialista.

O Plano Marshall, o *Ponto IV* de Trumann, a *Aliança para o Progresso*, são, ressalvadas as suas diferenças em importância e as distâncias nos respectivos impactos gerados por cada um deles, alguns exemplos de uma estratégia geral (que, vale frisar, tornava-se possível porque coincidia, historicamente, com o caráter expansivo de uma acumulação capitalista em aberto processo de internacionalização). Em nenhum outro momento o *centro imperialista* fomentou tanto o planejamento de longo prazo. O keynesianismo foi assumido como a nova religião dos Estados-nacionais, pois o era também no *centro organizador* do sistema. O planejamento do crescimento económico tornava-se (como tão bem entenderam os militares brasileiros depois de 1964, muito alinhados à ideologia do sistema mundial) num *problema de segurança nacional*.

Era esse o pano de fundo político para as estratégias desenvolvimentistas - que em geral se coadunavam com as necessidades expansivas do grande capital. Obviamente que tais políticas não poderiam ir à prática de forma harmônica e automática, dadas a complexidade e a desigualdade sociais dos países envolvidos. Lembre-se, como exemplo, que os primeiros governos brasileiros no pós-guerra elaboraram projetos de industrialização acelerada, no que tomaram parte os técnicos e as missões dos Estados Unidos, mas que se mantiveram apenas no papel durante uma década, até que se desse, afinal, o ingresso sistemático do capital que financiaria os ciclos expansivos subsequentes.

A subordinação dos antagonismos intercapitalistas a uma cooperação interestatal forçada explica, em parte, também, a criação das condições favoráveis para a consolidação plena do *Welfare State* na Europa, onde uma classe operária bastante organizada chegou a

Fiori (1997) refere-se à especificidade dessa postura norte-americana como uma "hegemonia complacente".

criar, no imediato pós-guerra, uma ameaça ao *status-quo*, forçando os respectivos governos à consumação de pactos negociados. Já aonde a classe operária mantinha-se politicamente sob controle, o *Welfare State* aparecia apenas como ideal sempre acenado, formalmente presente nas plataformas de governo, ou meramente como simulacro.

Essas estratégias preventivas estavam combinadas, internacionalmente, com as intervenções violentas, dado que os *organizadores do sistema* mostravam-se sempre a postos nos pontos e momentos considerados já além da faixa de segurança admitida (casos em que o exército americano comparecia, com sua parafernália e métodos próprios, como na Coreia, na República Dominicana, no Vietnã, etc).

Ressalve-se, por outro lado, que a busca pela estabilidade dos países capitalistas não significava, necessariamente, um comportamento pacífico dos Estados nacionais na preservação das respectivas ordens sociais. As ditaduras militares, na periferia do sistema, faziam ensaios já nos anos 50 e ganhariam notórios espaços nos anos 60 e 70. Contudo, atente-se para um aspecto importante do fenómeno: uma vez realizada a conquista do Estado pelas tropas, não faltariam as *Sorbonnes* militares¹⁶ para conduzir os novos governos nos caminhos do desenvolvimento capitalista. Assim - retomando o exemplo brasileiro - enquanto a ditadura militar promovia o massacre contra as oposições, o crescimento económico dos primeiros anos 70 ampliava as bases de sustentação do regime, logrando um consentimento passivo por parte da burguesia e de grande parte da classe média. A ditadura militar brasileira implantou, portanto, uma forma de estabilidade interna, tal como o exigia a lógica internacional *do bloco* no contexto da *Guerra Fria*.

A confluência das décadas de 70 e 80 traz um importante marco de mudança nesse cenário. A economia soviética emite evidentes sinais de haver entrado em rota declinante e a sua burocracia reinante deixa transparecer crescentes fissuras internas. O governo Reagan avalia a fraqueza do adversário e se torna desafiador na Guerra Fria, demonstrando a intenção

Denominação corrente dada aos segmentos ilustrados do comando militar pós-64, a quem se atribui a formulação de estratégias de consolidação do regime (que envolviam o crescimento económico). Ver, entre outros, Dreifuss (1987).

de quebrar o equilíbrio militar existente em suas relações com a URSS. Com uma autoconfiança igualmente alimentada pelo fraquejar do bloco socialista, decide abandonar a tradição fundada por Roosevelt e depois respaldada no keynesianismo. As três décadas expansivas do prolongado pós-guerra havia desembocado numa situação de contradições ameaçadoras para o capitalismo; a recuperação das taxas de lucro exigiam a elevação da taxa de exploração, a aceleração na rotação do capital e a restauração dos espaços para a acumulação rentista, esses últimos enfaticamente restringidos sob a ideologia keynesiana.

Para promover a mudança de rota, uma luta em várias frentes precisava ser travada nos espaços do poder público. Lutas intestinas, no campo das forças dominantes, para derrubar os dificultadores ao livre curso do capital financeiro; e lutas contra os trabalhadores e suas representações sindicais, para viabilizar a alta na taxa de exploração. A contrapartida dessa reviravolta seria o fortalecimento imediato da economia do centro imperialista, em detrimento da sua periferia. Os *organizadores* do sistema, atendendo às novas exigências da acumulação do capital em suas variadas formas - não somente através da extração da mais-valia mas inclusive através da simultânea acumulação rentista, reabilitada pela nova ideologia oficial - lança grande parte dos "novos países industrializados" na crise da dívida. Assim, ao condenar, unilateralmente, os países subalternos do bloco à sua própria sorte, o centro hegemônico consumava seu primeiro passo significativo de mudança nos termos em que se desenvolviam as relações interestatais desde a Segunda Guerra.

A manobra de recuperação da economia americana abala o sistema de compromissos com os diversos parceiros do bloco. Porém, é importante ressaltar: a nova situação não abriu uma era de confrontações entre os EUA e a periferia do sistema. O que se constata, desde os anos 80, é a emergência de uma nova forma de cooperação entre o *centro organizador* do sistema imperialista e seus diversos elos constitutivos.

Mas, agora, a *cooperação* se dá, em primeira instância, estrita e secamente, em nome da acumulação: desprezam-se os velhos cuidados keynesianos com o desenvolvimento econômico; prioriza-se a alta da taxa de mais-valia sem maiores considerações com os anteriores *mecanismos sociais compensatórios*; e admite-se uma fulgurante acumulação

rentista, sem qualquer precaução quanto às tendências estagnacionistas, cujos sinais, no entanto, mantêm-se no fundo do quadro.

Essa nova forma de *cooperação* é qualitativamente distinta da anterior. O *centro organizador* do sistema imperialista convoca os diversos Estados nacionais a que administrem, eles próprios, os seus conflitos sociais internos, tornados agudos com as novas disposições económicas. Diga-se de passagem, para posterior detalhamento, que essa situação, por si, já contém um fator de recrudescimento das funções dos Estados nacionais, que seguem, portanto, uma rota de fortalecimento dos seus aparatos básicos, ao contrário do que sustentam as teses relativas ao enfraquecimento do Estado-Nação na *era do globalismo*. Os Estados nacionais assumem não apenas uma maior carga de atribuições repressivas sobre as respectivas dinâmicas sociais internas, mas igualmente são levados a intervir na economia (embora essa intervenção apareça com uma roupagem de não-intervenção).

Já não se trata, ponha-se em destaque, da cooperação à antiga, como a estudou Thalheimer, no pós-guerra. O colapso da União Soviética concluiu a quebra das práticas correspondentes à *cooperação antagónica* e modificou radicalmente as relações entre Estados no interior do sistema. Ganha especial significado, nesse cenário, a observação feita por Anderson (1995) quanto ao recrudescimento do neoliberalismo após o desmoronamento do bloco socialista. Finda a polarização entre os dois grandes blocos, esvaziaram-se as condições que até então impunham, com ênfase, a cooperação para a estabilização, em nome da preservação da integridade do sistema imperialista frente a uma ameaça latente.¹⁷

O conceito de *cooperação antagónica* perde suas determinações específicas. A supremacia económica e militar dos Estados Unidos demonstra conter, agora, à *flor da pele*, uma propensão à coerção pura e simples, num mundo onde já não se fazem presentes as ameaças abertas oriundas da existência do *império do mal*¹⁸. No pós-guerra, a cooperação

McNally (1999) escreveu um interessante trabalho sobre o imperialismo atual, no *fim do milénio*: menciona o colapso dos mecanismos anticíclicos keynesianos e o pleno retorno às tendências fundamentais do sistema, superacumulação com crises. Mas não estabelece relações entre essa realidade e a derrocada do bloco socialista.

Forma como Ronald Reagan referiu-se à União Soviética, nos primeiros anos 80. O episódio é relembado em Fiori (1997).

interestatal se fazia em função da ameaça socialista; no novo cenário, a cooperação se faz por conta do tacão coercitivo do *centro organizador do sistema*. A mesma palavra assume conteúdos distintos nos dois períodos históricos considerados.

A nova ordem se afirma sob a forma da desordem. A concorrência entre cartéis tende progressivamente aos termos de uma guerra entre cartéis; multiplicam-se os blocos regionais defensivos que se atritam reciprocamente; o planejamento estatal, antes associado ao dogma do desenvolvimentismo, é substituído por uma indiferença imperial dos países mais fortes à livre flutuação dos mais fracos, ou por idêntica indiferença das classes dominantes nos países mais fracos frente ao destino das suas classes trabalhadoras. Repetem-se ataques especulativos contra uma ou outra moeda nacional. Como afirma Chesnais (1998:68), a anarquia da produção capitalista vem estabelecendo os estreitos limites às veleidades de "superimperialismo". Entre os vários fragmentos sobreviventes em matéria de regulação económica, sobressai-se um recurso regulador extremo e de caráter extra-econômico: o emprego da violência estatal, originada no *centro organizador* e reproduzida nos elos subordinados do sistema. As guerras contra o Iraque e a Iugoslávia padronizam as novas regras do jogo.¹⁹

Chesnais (1995:16) se refere às novas relações centro-periferia afirmando que "*os países em desenvolvimento [...] já não oferecem praticamente nenhum interesse, nem do ponto de vista económico e nem do ponto de vista estratégico (fim da Guerra Fria) para os países ou para as firmas localizadas no seio do oligopólio. São meramente pesos mortos. Não são mais países 'que um dia alcançarão o desenvolvimento', e sim zonas de 'pobreza' (essa palavra invadiu o linguajar do Banco Mundial) cujos imigrantes ameaçam os 'países democráticos'*". Chesnais comete um exagero ao desconsiderar qualquer interesse despertado pelo conjunto dos países "em desenvolvimento"; mas há amplas evidências quanto à queda dos interesses estratégicos que eles despertam e quanto à natureza dos interesses económicos ainda envolvidos. O exemplo da África é emblemático.

2.5. Tensões crescentes nos domínios do Estado: o enfraquecimento dos *mecanismos de persuasão*

Aparentemente, a presente análise parte de um conjunto de acontecimentos históricos sincronizados que teriam se encontrado nos primeiros anos 80: a irrupção da crise final da União Soviética, a recuperação norte-americana, a chamada reestruturação produtiva e a ascensão do capital financeiro especulativo. Uma observação mais atenta dos fatos vai mostrar que, na realidade, a suposta sincronia não existiu. Os pilares centrais que sustentam o cenário aberto nos anos 80 começam a se esboçar pelo menos 10 anos antes, com os primeiros sintomas de crise financeira dos EUA (a quebra da paridade dólar-ouro) e, logo em seguida, com a crise económica que envolveu o centro mundial do sistema.

Com efeito, foi um problema interno à economia capitalista que marcou o fim da expansão dos chamados "anos de ouro". Esse distúrbio no interior do sistema quebrou o equilíbrio social do pós-Guerra e impulsionou as lutas de classes em diversas regiões do mundo. O posterior desfecho dessas lutas é analisado por Brunhoff (1991). Clarke (1991) é outro autor que analisa o fenómeno nessa perspectiva e situa nos últimos anos 70 a derrota dos sindicatos dos trabalhadores nos países centrais do capitalismo mundial. A partir daí, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em outros países, o movimento sindical dos trabalhadores recua diante da ofensiva do capital.

Desse modo, a acumulação capitalista passa a desenrolar-se num ambiente marcado pelo recuo dos trabalhadores. Essa circunstância terá consequências diretas sobre as inflexões e as novas direções que o sistema mundial assume desde então. O capital introduz novas formas de organização do trabalho, racionalizando o emprego dos recursos humanos, elevando a taxa de exploração e exigindo o desmonte do *Welfare State*. Essas transformações económicas, no dizer de Chesnais (1998), reeditam as teses de Lenin sobre o imperialismo:

formação de Estados rentistas simultânea a um processo de extração de mais-valia crescentemente responsável pelo agravamento a graus extremos da miséria social.

Há algo de paradoxal nessas mudanças: o Estado do Bem-Estar, durante o seu apogeu, ao absorver em cânones keynesianos as demandas sociais dos trabalhadores assalariados, cumpria a função persuasiva do Estado moderno, conforme já observava Gramsci nos anos 20 e 30. Indo-se mais longe: como bem o assinala Wallerstein (1995), essa preocupação do Estado com a ampliação de suas bases sociais de sustentação remonta à segunda metade do século XIX, quando os principais países europeus aprenderam a assimilar, modificando-as, as pressões das classes dominadas. Passaram a admitir formas políticas de convivência com a social-democracia, enquanto essa última preparava, progressivamente, sua ascensão ao próprio comando dos governos.

A *débâcle* do movimento sindical, nos anos 80, impõe uma viragem nesses compromissos cujos primórdios datam do século XIX, somente interrompidos com os fascismos, mas restaurados logo depois com maior impulso. No novo cenário, abrem-se espaços para o ataque sistemático aos compromissos sociais-democratas dos Estados capitalistas e, com o fortalecimento do neoliberalismo, a ideologia dominante faz, abertamente, a apologia às desigualdade sociais.

Os mecanismos de persuasão, a que se referia Gramsci, tendencialmente perdem espaço para os mecanismos de coerção, nesse quadro de tensões crescentes. Ainda lembrando Gramsci, constata-se que a trincheira avançada do Estado passa a negligenciar & *fortaleza de casamatas* que lhe serve de retaguarda e que, em diversos momentos críticos deste século, salvara-o de irrupções revolucionárias. A ausência das anteriores políticas públicas *compensatórias* da miséria social é sobretudo visível na periferia do sistema mundial, aí incluídos os outrora denominados Novos Países Industrializados (depois *emergentes*) e incluídos, também, com maior dramaticidade, os quase-Estados africanos e similares, retirados das rotas internacionais do grande capital. Mas essa ausência aparece também nos países

Vide *A ciência e o príncipe moderno*, em Gramsci (1978:147-236).

centrais, bastando citar-se, para demonstrá-lo, a persistente elevação da taxa de desemprego na Europa Ocidental.

Esses processos causam impactos específicos nos Estados Nacionais. O progressivo esvaziamento dos mecanismos de persuasão, a privatização das empresas estatais, o compromisso com as políticas de desregulamentação dos fluxos de capital financeiro, são fatos simultâneos que podem estar contribuindo para uma espécie de ilusão de ótica, segundo a qual haveria um *desmonte* do Estado. O *desmonte* é uma designação imprópria, bem como as diversas matizes teóricas com que se apresenta a tese do suposto definhamento dos Estados-Nação. Em alguns casos, essas impressões se apoiam em interesses corporativos imediatos: por exemplo, os grupos empresariais já beneficiados com as privatizações têm suas razões para acreditar no enfraquecimento do *Leviatã* estatal e para disseminarem suas crenças nesse sentido; mas, nesses casos, tratam-se de visões projetadas sobre horizontes muito estreitos, teorizações vulgares e sem maior significado no debate sobre o tema. Mais elaboradas são as teorias que vinculam o suposto fim do Estado-Nação ao avanço económico *global* (centralização do capital em patamares superiores, etc), conforme se discutiu na abertura do presente Capítulo.

As evidências da experiência imediata conduzem a conclusões opostas: o Estado-Nação passa por uma metamorfose, ganha um novo conjunto de funções, mas reafirma-se como peça integrante na viabilização da acumulação capitalista. Ellen Wood tece considerações pertinentes a propósito dessas tendências. Para Wood (1999), a história do capitalismo não confirma essa alegada relação direta entre a internacionalização do capital e o enfraquecimento do Estado-Nação. Pelo contrário, prossegue a autora: o capitalismo, desde os seus passos iniciais, promove a internacionalização da acumulação (sob diferentes estágios), enquanto, ao mesmo tempo, robustecem-se os Estados Nacionais. Partindo da tradição analítica de Sweezy-Magdoff, Wood reconhece a especificidade da *era do imperialismo*, mas entende que esses distintos estágios do capitalismo, inclusive a "globalização", estão associados a economias e Estados nacionais.²¹

Em algumas passagens, o texto de Wood torna-se pouco claro. Por exemplo, afirma que o capitalismo, desde os seus passos iniciais, promove a internacionalização da acumulação. Embora vá, em seguida, mencionar os

Os Estados-Nação que hoje compõem o sistema imperialista modificam seus papéis em meio aos embates políticos; por exemplo, na manipulação dos fluxos financeiros, ou na configuração de um novo militarismo, como se verifica no caso dos Estados Unidos, que o emprega na sustentação da sua posição *organizadora* e da sua liberdade de movimentos no espaço mundial. O acelerado processo de centralização do capital, neste último quartel do século, abre novas contradições entre grupos económicos e desloca o peso dos principais focos alimentadores de pressões sobre o Estado. Na concepção de Hollingsworth, Schmitter e Streeck (1994), nesse período se vão tecendo novas articulações corporatistas entre grupos de interesse, chegando a criar *Governos de interesse privado*²². Mas é preciso destacar a profunda diferenciação existente nas relações entre o Estado e as articulações do capital (no âmbito das classes dominantes) e aquelas outras, entre o Estado e as classes subalternas. Oliveira (1998-b), numa análise sobre o corporatismo setorial e o Estado nas recentes experiências do *agro* no Brasil, apresenta uma distinção fina entre as novas articulações praticadas no seio dos complexos agroprodutivo-comerciais, que afetam e deslocam antigos privilégios antes sustentados junto ao Estado pelos grupos tradicionais decadentes - e as difíceis articulações entre o Estado e um movimento tal como o MST. "*No primeiro caso - afirma Oliveira, na obra citada - tende a predominar as tentativas de ajuste sem subordinação [...]; no outro, uma explícita imposição de regras e condições para qualquer negociação...*".

diferentes estágios do processo, poderia suscitar uma interpretação *à la* Wallerstein, que entende a internacionalização como um fenómeno tão antigo quanto o próprio capitalismo. Em contrapartida, veja-se em Damásio (1998:13) uma abordagem especialmente clara ao problema: "*£/w outras palavras, a reprodução do capital torna-se internacionalizada apenas quando as relações sociais de produção capitalistas começam a aparecer no interior de uma dada formação social também como resultado da compra de força de trabalho 'nacional' (D-FT) e meios de produção de qualquer origem (D-MP) pelo capital internacional, indicando a internacionalização do próprio ato de produção e não a simples internacionalização da circulação. É importante salientar essa distinção, pois a internacionalização da circulação existe desde o começo do capitalismo e não significa - como erroneamente acreditou Wallerstein - a internacionalização das relações sociais capitalistas.*"

²² Os *Governos de interesse privado* não passam, segundo Oliveira (1998), de formas de ampliação do Estado, em sua função reguladora.

²³ Essas relações entre grupos de pressão e Estado são estudadas, numa outra perspectiva, por Miliband, conforme já se fez breve menção anterior. Segundo Laclau (1978), Miliband estaria particularmente interessado, nos escritos que alimentaram sua polémica com Poulantzas, em desvendar os anéis que vinculam os grupos governantes com as classes dominantes. Por outro lado essa mesma problemática é estudada (por outros autores) na sua dimensão local; a propósito, ver Castro (1988), que passa em revista vários autores especialistas no assunto, assumindo que o poder local, em sua dinâmica particular, é impactado mais diretamente pelas *demandas dos agentes*.

Com as classes subalternas, as regras são negociadas sob ameaças (abertas ou veladas) do Estado. Relembrando Brunhoff (1985), os Estados-Nação cumprem hoje uma função fundamental na regulação do mercado de trabalho, no redesenho dos condicionantes que disciplinam a força de trabalho e a taxa de mais-valia, que mantém os trabalhadores economicamente encarcerados dentro das fronteiras territoriais respectivas, que promovem a *precarização*, que estimulam a reciclagem de parte do *exército de reserva*, que multiplicam as penitenciárias, preferencialmente destinadas à recepção de egressos da população *excluída*, etc; e cumprem atribuições igualmente básicas na reorganização do mercado monetário, agindo como guardiães da livre expansão da acumulação rentista.

2.6 A teoria propõe problemas

Um primeiro olhar sobre a história recente vai confirmar a atualidade e o enrijecimento dessas funções do Estado e o seu ingresso, nas duas últimas décadas, numa fase de crescentes tensões. No que se refere à sua ação disciplinadora sobre o mercado de trabalho e o movimento operário, há um nítido sinal de viragem a partir dos últimos anos da década de 70, inclusive nos países de *democracia burguesa* (a Inglaterra sob Thatcher, por exemplo), situação que prossegue até hoje. Ao se trazer essa discussão para a realidade brasileira, aqui se encontrará um dos exemplos ilustrativos mais acabados de uma intervenção controladora do Estado em suas relações com os trabalhadores em geral e com a classe operária em particular.

Nesse último caso, o intervencionismo acompanha a história da industrialização desde os seus primórdios e prossegue mediante novas disposições na atualidade, apesar dos êxitos alcançados pelos diversos surtos de insubordinação dos trabalhadores brasileiros.

Fuchtnner (1980) faz uma retrospectiva dessas ações estatais, não lhe escapando lances decisivos: a primeira tentativa de criação de um sindicalismo estatal durante o governo de Hermes da Fonseca, a legislação de controle decretada logo em seguida à revolução de 1930 e que antecipava a CLT e, mais fortemente, os dispositivos implantados a partir de 1937, com o Estado Novo. A redemocratização de 1945 e os governos populistas subsequentes não tocaram no arsenal controlador acumulado, de tal modo que a ditadura militar, ao implantar-se e até o seu desenlace, não precisou criar uma legislação repressiva nova para o movimento operário: as leis com esse teor já existiam.²⁴

Posteriormente, com a onda de mobilizações grevistas dos anos 1978-1980, a velha legislação foi jogada por terra, mas nem por isso se poderia afirmar que o movimento operário brasileiro houvesse conquistado os direitos democráticos básicos que há muito acompanham seus congêneres europeus. Caíram as velhas Leis, mas ficou grande parte da tradição a elas vinculada. Exemplo dessa situação é a estrutura sindical, que em grande parte continua conforme os ditames da Comissão de Enquadramento do Ministério do Trabalho que, desde o auge do seu antigo poder, há 5 ou 6 décadas, a dispôs em bases territoriais limitadas, levando os operários a se adaptarem a esses estreitos horizontes de organização, simplesmente ignorando, pela falta de referenciais práticos e pela *imaturidade* da sua consciência de classe, a possibilidade de construção de sindicatos configurados segundo a sua vontade e as suas necessidades de luta. Tanto que uma categoria de importância fundamental, posicionada na linha de frente das mobilizações operárias no Brasil - a dos metalúrgicos - somente há poucos anos começou a construção do seu sindicato nacional, processo que ainda está longe de se completar. Na mesma linha de interpretação devem ser pensadas as limitações à liberdade de organização dentro das empresas, não obstante a existência (em padrões quantitativamente baixos) das Comissões e outras formas de organização por local de trabalho, que, no entanto, permanecem sob liberdade vigiada e com suas funções normatizadas numa nova forma de *camisa-de-força*.

Destaque-se uma outra análise sobre as origens da intervenção do Estado sobre o movimento operário brasileiro: Costa (1991). A autora carrega ênfase sobre as ações estatais em si (com importantes subsídios para a análise que se desenvolve aqui), mas deixa escapar uma visão articulada sobre as lutas de classes no período.

Sobre essa situação de fato, de longas raízes históricas, sobrepõe-se o endurecimento das ações de repressão e controle desde os últimos anos 80, que prossegue nos anos 90 com ânimo crescentemente draconiano: com o Estado impondo severas sanções às greves ilegais e suspendendo as garantias constitucionais em matéria de livre organização a partir da barreira dos portões das fábricas, além dos quais as tentativas de organização (fabril) têm o seu livre desenvolvimento subordinado, unilateralmente, aos pareceres empresariais. Em muitas empresas industriais importantes, a organização operária interna pouco difere, atualmente, dos padrões de clandestinidade praticados durante a ditadura militar.

Com base nessas considerações, retome-se a pergunta formulada no começo deste Capítulo: o Estado interfere nas novas organizações operárias, de cunho internacionalista?

Que a resposta seja, por enquanto, colocada como antecipação genérica do que se discutirá a seguir: que o Estado, efetivamente, interfere no processo de organização independente dos trabalhadores, e o faz em vários planos simultâneos: de um modo geral, dificultando os passos iniciais das articulações internacionais dos trabalhadores e criando obstáculos de raiz, contrapondo-se à sua livre organização *no plano nacional*; porém, frente aos fatos consumados sua atitude pode ser outra: a de absorvê-los, para um controle de perto ou eventual cooptação. O Estado se opõe a esses movimentos porque eles caminham em sentido contrário ao das suas atuais atribuições reguladoras, resultantes do sistema de compromissos que incorpora, selado sob a direção das classes dominantes da sociedade capitalista contemporânea.

Esses referenciais estarão presentes, em repetidos momentos, nos desenvolvimentos da Segunda Parte desta tese.

É preciso não esquecer, porém, as articulações informais que caminham com relativa independência das velhas cúpulas, conforme se discutiu neste Capítulo. Além disso, uma conclusão provisória deve colocar em destaque o fato de que o fenômeno enfocado, isto é, as organizações operárias horizontais dentro das multinacionais, vêm percorrendo uma trajetória expansiva. Essa constatação é clara, a despeito das dúvidas, aqui expressas, quanto às suas potencialidades.

Essa expansividade nem sempre é assinalada em análises correntes. Seja na Europa ou em algum *elo fraco* dessas cadeias organizatórias emergentes (como é o caso do Brasil, onde as experiências surgem primordiais e tateantes), costumam aparecer, nos discursos mais difundidos, qualificações imprecisas: seriam *fatos isolados, episódios embrionários, exceções à regra*, etc. - de tal modo que se torna necessário um esclarecimento metodológico básico.

Se as ações supranacionais dos trabalhadores dentro das multinacionais (e as organizações, formais ou não, que sustentam essas ações) aparecem em um certo número de casos recorrentes que se distribuem ao longo de um tempo já considerável, estendendo-se por diversos setores industriais e revelando estímulos dinâmicos sugestivos de ocorrências similares no futuro, então elas perdem o *status* de *exceção*. Pois a *regra geral* anterior, que se mantinha e que abria seu correspondente rol de exceções - precisamente porque e enquanto desconhecia esse gênero de luta - já tombou diante das evidências dos fatos novos. Nesse contexto, os dados considerados deixam de ser *isolados*, mesmo quando vistos a partir da inserção brasileira, um dos *elos fracos*. Os dados são numérica e qualitativamente modestos, fracamente distribuídos no tempo, mas representativos de uma ação internacional que, lenta porém perceptivelmente, organiza-se efetivamente, impondo-se como um processo em desenvolvimento. Portanto, as observações imediatas aqui apresentadas, bases empíricas da pesquisa, assumem o *status* lógico de uma *tendência*, e como tal se oferecem ao estudo.³⁴

³⁴ Richard Hyman transcreve um longo trecho de Waterman (Waterman, P. *Globalization, social movements and the new internationalisms*. Londres: Mansell, 1998) onde este último expõe 13 diferentes atitudes dos trabalhadores que corresponderiam a "*um novo internacionalismo*". As duas primeiras trazem as seguintes proposições (textualmente): "1. Mudar as relações internacionais entre lideranças sindicais ou outros funcionários por relações diretas com os trabalhadores no chão-da-fábrica, na comunidade ou no nível do trabalhador comum; 2. Livrar-se da dependência de um modelo piramidal de organização internacional, rígido, burocrático e centralizado, por meio do estímulo à criação de uma rede internacional de informações,

Contudo, e essa ressalva é fundamental, são tendências predominantemente circunscritas ao âmbito das lideranças operárias. Poderão esvaziar-se - ou não. Ao insistirem em sua defesa, as lideranças estão sendo intérpretes de uma suposta necessidade (embora já contem, a seu favor, com os precedentes de ações de *massa* que consagram, localizadamente, esse tipo de articulação). Suas chances de desenvolvimento posterior dependem, conforme já discutido, de seu êxito futuro na efetivação e generalização de laços de representatividade com as bases no chão-da-fábrica; esse caminho legitimador, até agora, foi alcançado apenas em uma ou outra situação, sem contudo lograr consolidar-se numa rota de continuidade.

democrática, flexível, horizontal, descentralizada e autogerida". (Waterman apud Hyman, 1999:133-134). Ainda segundo Hyman (1999:133), Waterman argumenta que "o internacionalismo 'pelo alto', negociado entre lideranças nacionais, tem uma deficiência intrínseca: não proporciona fundamento para a ação coletiva eficaz. O verdadeiro internacionalismo deve reunir iniciativa e engajamento da base".

APÊNDICE AO TERCEIRO CAPÍTULO:

BREVE NOTÍCIA SOBRE A EXPERIÊNCIA DOS QUÍMICOS

A partir de 1985, iniciaram-se os contatos entre trabalhadores de base brasileiros e alemães no ramo químico, nas empresas Basf, Bayer, Hoechst, Merck e Schering.. Do lado alemão, participaram simultaneamente o Sindicato Alemão dos Químicos, de posições ultraburocráticas e o grupo de oposição *Químicos em Círculo (Chemie-Kreis)*, este último apoiado em Comissões de Fábrica e cujas lideranças são oriundas de diversas correntes de esquerda - dos social-democratas de esquerda a egressos do *Arbeiterpolitik*. Do lado brasileiro, os sindicatos correspondentes, filiados à CUT, e membros de comissões de base. Colaboravam nos contatos, em algumas situações, ONGs e órgãos social-democratas alemães tais como a Fundação Friedrich Ebert e a Igreja Luterana.

Conquanto os contatos oficiais envolvessem, respectivamente, a CUT e o sindicato alemão *IG-Chemie*, as articulações se tornaram mais estreitas entre as delegações brasileiras (em alguns casos representativas das comissões de base, mas sempre com a interveniência dos sindicatos) e o grupo de oposição sindical alemão *Químicos em Círculo*.

São vários os exemplos de apoio ativos dos alemães a lutas desenvolvidas nas multinacionais referidas, no Brasil. Quando da greve da Bayer em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, desenvolveu-se na Alemanha uma campanha de denúncias simultaneamente

articulada pelo Sindicato e pelos *Químicos em Círculo*. Em 1994, durante a mobilização e acampamento de operários na Tibrás em frente à fábrica, na Bahia, um grupo do Comitê de Empresa da Bayer de Wuppertal, com a liderança dos *Químicos em Círculo*, buscou pressionar a empresa brasileira enviando-lhe a seguinte mensagem (redigida em português):

Nós, sindicalistas na Bayer Alemanha, protestamos contra o fato que a Tibrás mais uma vez recusa o pagamento de indenização, que é o direito de nossos companheiros.

Se não bastasse que os salários no Brasil e particularmente na Bahia já são péssimos, a sua empresa nem dá aos seus trabalhadores o que é deles.

Nós apoiamos o acampamento e exigimos que a Tibrás cumpra a decisão da justiça e pague imediatamente.

(PAGAMENTO da isonomia do adicional de turno, 1994).

O documento traz quatro assinaturas. Simultaneamente, o mesmo grupo enviou um fax dirigido ao Acampamento na Tibrás, apresentando-se aos grevistas, explicando como souberam daquela luta e comunicando que, além da carta à empresa brasileira, iriam "*relatar a sua luta no nosso jornal*". Acrescentando: "*Também informamos as companheiras e companheiros em Leverkusen [onde está a matriz da Bayer].*" (ACAMPAMENTO na Tibrás, 1994). O informe sobre o acampamento na Tibrás havia chegado à Comissão (ou Comitê de Empresa) da Wuppertal através de contatos já firmados entre bases brasileiras e alemãs.

Em 1995, os *Químicos em Círculo* convidaram uma delegação de representantes das bases químicas brasileiras, das empresas Basf, Bayer, Hoechst e Merk, para uma visita à Alemanha. A viagem foi financiada pelo próprio grupo oposicionista (as lideranças mais próximas usaram o seu salário de férias para compor os recursos) e pela Igreja Luterana, cabendo aos brasileiros contribuir com a quantia de US 3.500 (350 dólares por delegado). A viagem foi coordenada, no Brasil, por um membro do sindicato do ABC, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Viajaram 12 brasileiros, entre os quais dois delegados de empresas sediadas na Bahia. Um deles escreveu o *Relatório da Viagem à Alemanha*. O Relatório

detalha os passos que resultaram num estreitamento dos laços internacionais nas empresas já mencionadas. Destaquem-se os seguintes contatos (entre outros):

Nos dias 19 e 20 de junho de 1995, o grupo brasileiro reuniu-se com militantes de base na matriz alemã da Bayer, situada em Leverkusen; no dia 22 de junho, reuniu-se com a Comissão de Fábrica (ou Comité de Empresa) da Bayer em Wuppertal; no dia 23 de junho, reuniu-se com bases da Bayer-Polizar; no dia 23 de junho, em Berlim, reuniram-se com operários da Schering; no dia 29 de junho, reuniram-se com militantes de esquerda em Halle (na antiga República Democrática Alemã). O Relatório menciona os diversos acertos de continuidade selados em cada empresa visitada. Vale observar que o grupo não conseguiu entrar em uma das empresas programadas: o ingresso foi vetado pelo Sindicato (*IG-Chemie*), que alegou o caráter não oficial dos visitantes, enquanto delegação da CUT. O motivo real prendia-se ao fato de ter sido a viagem patrocinada pela oposição *Químicos em Círculo* que, por atuar nas comissões de base em posição minoritária, não conseguiu reverter o veto oficial.

Nos anos seguintes, as articulações entre as empresas brasileiras e alemãs tornaram-se mais próximas, com uma presença mais forte das bases oposicionistas do *Chemie-Kreis* (Químicos em Círculo). No entanto, outros contatos prosseguiram através do sindicato alemão dos químicos e da Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas - ICEM - esta última responsável pela organização do 1º Encontro Sul-Americano dos Trabalhadores da BASF, realizada em São Paulo em junho-julho de 1999.

Participaram desse Encontro delegados das unidades argentinas, brasileiras, chilenas e colombianas da BASF. A pauta de discussões abrangia a organização sindical, os conteúdos dos contratos coletivos e temas de saúde e segurança no trabalho. A reunião aprovou um *programa de ação* para os próximos três anos, incluindo os seguintes pontos (RED BASF de la ICEM para América Latina, 1999:20):

- ◆ Organização sindical de todas as unidades da BASF na América do Sul;

Reuniões anuais da rede BASF da ICEM na América do Sul;
Melhoria das condições de trabalho;
Estabelecimento conjunto de parâmetros para as futuras rodadas de negociações com a empresa;
Constante intercâmbio de informações entre as unidades da BASF na região;
Criação de um banco de dados BASF/ICEM
Coordenação de medidas conjuntas de mobilização;
Cooperação estreita entre o Comité de Empresa Europeu da BASF e as organizações sindicais regionais da BASF que se estabeleçam em outras partes do mundo.

Nota-se o caráter híbrido desse Encontro, combinando articulações predominantemente centralizadas na estrutura sindical tradicional (*vertical*), embora incluindo acenos para futuros contatos *horizontais* entre comités de empresa "em diversas partes do mundo".

QUARTO CAPÍTULO

POSSIBILIDADES PARA UMA PASSAGEM À "MATURIDADE" NA INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS OPERÁRIOS BRASILEIROS

4.1 Introdução

Este Capítulo submete a uma rediscussão as possibilidades de desenvolvimento futuro que se podem aventar, numa projeção realista, para as cadeias organizatórias internacionais, particularizando a inserção brasileira. A rediscussão se justifica, a essa altura, porque sob novas determinações: agora, fixando-se o debate sobre as organizações (consequentemente, sobre as lutas de classes) no plano nacional. A força das organizações fabris enraizadas nacionalmente e outros aspectos organizatórios relacionados à liberdade sindical incidirão com fortes impactos positivos sobre o grau de *maturidade* operária, condição necessária para uma ultrapassagem dos estreitos limites das fronteiras nacionais, rumo a um novo internacionalismo.

As organizações operárias enraizadas no chão-da-fábrica vêm ganhando destaque, no Brasil, em circunstâncias bastante distintas, há pelo menos 30 anos³⁵. *Comités de empresa* nos legendários movimentos de Contagem e Osasco, em 1968; *grupos de fábrica* clandestinos durante o apogeu dos governos militares; *comissões de fábrica* durante a onda grevista dos últimos anos 70 e primeiros anos 80: criadas por movimentos sociais ativos, essas formas peculiares de organização chegaram a provocar, em momentos críticos especiais, ampla repercussão na vida nacional, impactando as correlações de forças entre as classes sociais fundamentais e afetando as políticas públicas. Nos anos 90, as organizações por local de trabalho ganharam novos papéis: seja sob a forma de comités sindicais de empresa, representativos dos trabalhadores sindicalizados; de comissões de fábrica, representativas de todos os trabalhadores, negociadoras e fiscalizadoras de cláusulas, acordos e convenções coletivas; de CIPAs eleitas e de outras formas.

As expectativas abertas nas consciências dos participantes das organizações operárias por local de trabalho, ou aos olhos dos seus intérpretes, mudaram muito ao longo do lapso acima referido: bases embrionárias de um sindicalismo livre nos idos de 1968; instrumentos para a luta salarial ou respaldo para as Oposições Sindicais em pugna contra diretorias sindicais espúrias, ou mesmo contra o sindicalismo *atrelado* ao Estado, nas greves de 1978-80. Organismos de *confrontação social*, especialmente quando vistos nos horizontes dos anos 70, ou bases para a *concertação*, aos olhos de grande parte dos analistas dos anos 90: a recorrência dessa forma de organização, sob a determinação de dinâmicas de lutas de classes distintas nesses diferentes tempos históricos, vai atribuir-lhe papéis igualmente variados, permitindo projeções díspares quanto às suas possibilidades.

Essas múltiplas experiências de organizações operárias enraizadas nos locais de trabalho têm sido alvo de muitos estudos, a exemplo de Sachs (1994), Rainho (1980), Teles e Sader (1982), Maroni (1982), Brito (1983), Leite (1987), Sader (1988), Bresciani (1997), Arbix (1996), Boito Jr. (1991), Fortes *et ai.* (1999), Oliveira, Prandi, Cardoso, Comin e

Costa (1995) e Fortes et ai. (1999) estendem a pesquisa sobre as Comissões de Fábrica, no Brasil, a um período bem maior.

Campos (1996), Codas (1997), além de uma vasta gama de estudos elaborados por órgãos tais como a Oposição Metalúrgica de São Paulo, o DIEESE, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a CNM/CUT e outros.³⁶

Já se discutiu, em Capítulos anteriores, que foi no transcorrer dos anos 90 que se ensaiaram alguns importantes precedentes de articulação entre segmentos do movimento operário brasileiro, respaldados pelas formas de organização nacionais em referência, e os movimentos operários desenvolvidos em outros países. Tais articulações seguiram vários caminhos, mas sobretudo se fizeram entre comissões ou comités fabris brasileiros e seus similares situados em outros países, no interior das multinacionais.

Mas, ao mesmo tempo, esse tem sido um movimento concomitante à ofensiva capitalista no plano da organização fabril, com a difusão dos círculos de qualidade agindo em sentido contrário à organização operária independente.

Muitos e importantes estudos já foram desenvolvidos em torno dessa ação ofensiva do capital no chão-da-fábrica. Destaque-se a clássica coletânea organizada por Hirata (1993), os trabalhos de Leite e Silva (1997), entre outros. Um interessante estudo de caso na empresa

As referências para um estudo mais amplo sobre a classe operária no Brasil seriam, evidentemente, incomparavelmente mais numerosas. Um estudo classificatório *da representação dos trabalhadores como classe social na produção das ciências sociais no Brasil* encontra-se em Sader e Paoli (1986). Os autores situam, em primeiro lugar, na sequência histórica, as "representações instituídas", segundo as quais os trabalhadores brasileiros careceriam de identidade e seu traço distintivo seria a sua negatividade, exigindo a ação de um Estado autonomizado e disciplinador das relações de classes (nessa corrente estariam Juarez Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Aziz Simão, mantendo pontos de contato com os velhos analistas políticos conservadores dos tempos do *Estado Novo* getulista); em segundo lugar, as "representações instituintes": uma nova corrente que firma uma linha de análise tendente a recusar o seu enquadramento nos espaços institucionais e vê os trabalhadores como sujeitos ativos. O ano de 1968 é tomado como grande marco inicial das rupturas que as "representações instituintes" realizam frente à tradição acadêmica anterior. Nessa corrente estariam incluídos Weffort, Marilena Chauí, E. De Deca, Leite Lopes (este último abrindo os estudos sobre o *espaço fabril*, em cujo campo estariam as obras de Humphrey, Celso Frederico, Maroni). A partir das greves de 1978, novos nomes atualizariam essa corrente: Álvaro Moisés, novamente Maroni. Eder Sader poderia ter se incluído entre esses últimos (lembre-se de Sader, 1988), embora sua obra extrapole bastante os limites da produção acadêmica, contando com uma vasta produção enquanto militante político, notadamente durante a clandestinidade, nos tempos da ditadura militar. Devido à delimitação do objeto desta tese e à sua linha interpretativa, os autores citados no texto acima, quando se tratam de nomes ligados ao trabalho acadêmico, fariam parte, segundo a classificação de Sader e Paoli, desse conjunto maior que teria fundado as "representações instituintes", sobretudo daquela parcela mais diretamente preocupada com "o espaço fabril".

White Martins foi realizado por Stotz (1996). O autor acompanha, desde os primeiros anos 80, a introdução desses experimentos organizatórios naquela empresa. Estabelece uma relação entre a introdução dos CCQ's e as greves de massas do final da década de 70 e início de 80, cujo dinamismo o empresariado tenta, a seguir, subordinar à lógica do capital. A adesão dos trabalhadores ao Programa de Sugestões é barganhada através de ameaças tacitamente colocadas nas regras impostas, mescladas a pequenas concessões nas condições de trabalho e distribuição individual de prêmios. A barganha, que oficialmente caracteriza as regras do jogo, exige dedicação total do trabalhador à empresa, empurra-o numa corrida individual pela sobrevivência, age sobre o chão-da-fábrica como um ácido corrosivo que ataca os laços de solidariedade de classe (desconsiderados e negados pelo empresariado). Stotz:

...Valem aqui também as conclusões da análise sobre o discurso dos dirigentes empresariais "líderes em seus ramos de negócio" que, ao longo dos anos 1990-1993, 'reestruturaram' as suas empresas: o segmento 'moderno' do empresariado analisado sequer admite a possibilidade de um pacto social entre capital e trabalho politicamente articulado. [Segue-se uma citação de um dirigente empresarial afirmando que o único pacto social possível é aquele que se faz 'em termos de objetivos da Nação e da empresa'] A universalização do interesse particular (nação-empresa) implica aí a negação da alteridade, ou seja, da capacidade do operariado expressar interesses diferentes e próprios. Reafirma-se aqui o ponto de vista de que não há, no Brasil, uma tradição de assimilação empresarial do trabalhador enquanto grupo social distinto (Stotz, 1996:24).*

A presença dessas experiências paralelas compõem um quadro geral com a seguinte peculiaridade: no chão-da-fábrica, por um lado, se desenvolvem as organizações criadas pelos operários, mas essa evidência não faz desse terreno um domínio exclusivo para a operação dessas forças independentes. Pelo contrário: sobre o mesmo cenário, sobre o mesmo *chão*, desenvolvem-se ativamente outras organizações e com elas outras forças, cuja hostilidade às primeiras é geralmente velada, embora ocorra, de forma recorrente, a explicitação do seu sentido oculto.

A um entendimento crítico acerca dessa situação de conjunto prevalece a noção de que há uma luta de classes envolvendo esses diferentes espaços de organização. Na prática, porém, num ambiente onde ainda se disseminam manifestações de *imaturidade* de classe, não raramente se verificam relações confusamente imprecisas entre os dois processos.

De um modo geral, as experiências de organização dos operários brasileiros dentro das empresas induzem à discussão sobre a sua formação enquanto classe; e exigem que uma tal discussão alcance o momento atual, indicando os patamares até onde o processo já conseguiu ir - e os dilemas que enfrentam nessas fronteiras temporais mais recentes, aonde se quer fazer chegar a presente tese, permitindo conclusões sobre as bases efetivamente existentes para as incursões internacionais da classe operária brasileira.

4.2 De volta à discussão sobre a força motriz

Retome-se aquela pergunta inicialmente formulada: a força motriz das nascentes organizações horizontais dos operários, no interior das multinacionais, tem sido a luta de classes? A elaboração da resposta, em sua concreticidade, começa com alusões à realidade específica sobre a qual se desdobra o fenómeno em estudo.

O período no qual desponta a construção simultânea dessas organizações horizontais coincide com uma ampla ofensiva do capital contra o trabalho no cenário mundial. A introdução de novas tecnologias de organização dentro das empresas, do setor de serviços à indústria, fez-se simultaneamente à difusão de uma enorme variedade de títulos bibliográficos destinados à propagação dessas inovações, seja em versões híbridas de taylorismo com toyotismo, seja na sua versão nipônica mais ortodoxa, declaradamente filiada ao toyotismo. A concomitante penetração de novos instrumentos e equipamentos produtivos, na medida em que criavam processos industriais flexíveis, pareceu a muitos autores uma prova definitiva de

que se estaria presenciando a superação do taylorismo. Mais realista é a visão de Danièle Linhart e Robert Linhart, entre outros, que negam a suposta superação do taylorismo - e vêm nas análises dirigidas nesse sentido uma variante de determinismo tecnológico, já que pretendem uma correlação direta entre as inovações técnicas em sentido estrito e as formas de organização do trabalho que, na verdade, estão em função de conflitos sociais ativos; para Linhart e Linhart (1998), está ocorrendo uma mescla de formas, mas ainda com a predominância, na essência, das formas coercitivas do taylorismo.

Fato é que a reestruturação produtiva dos últimos 25 anos, ainda em marcha, vem sustentando a recuperação da taxa de lucro na grande indústria capitalista, conforme dados apresentados em trabalho de Glyn, que localiza uma viragem tendencial nesse parâmetro ao longo dos anos 80, tanto nos EUA como na Europa e mesmo no Japão. A queda tendencial da taxa de lucro, observada nesses países desde o final dos anos 60 - veja-se também em Glyn (1995:72-74) - resultava da grande elevação na composição orgânica do capital durante os chamados "anos gloriosos" do prolongado pós-guerra. A reestruturação deveria apresentar uma resposta eficiente para reverter essa tendência; o caminho encontrado, a partir dos últimos anos 70, correntemente vinculado às fórmulas *thatcheristas* ou à *reagonomics*, não se limitou, apesar das aparências, à intervenção neoliberal sobre os movimentos internacionais do capital fictício. O ponto nodal da reestruturação visava acelerar o ciclo do capital, elevar a taxa de mais-valia e, de um modo geral, a taxa de lucro, objetivos notavelmente atingidos com as intervenções desregulamentadoras sobre o mercado de trabalho, fomentadoras da precarização em larga escala nas relações de trabalho, com a intensificação paralela do ritmo de trabalho em decorrência da abolição dos "tempos mortos" no processo produtivo e, *last but not least*, com a introdução da microeletrônica.

A esse respeito, interessantes observações foram apresentadas por Muls (1998). Afastando as qualificações simplistas quanto às mudanças de paradigmas tecnológicos, esse autor argumenta que a introdução das máquinas-ferramentas de comando numérico e dos robôs, conjuntamente à nova organização da produção, reduzem o tempo de produção e o tempo de circulação, acelerando a rotação do capital, com impactos positivos sobre a taxa de lucro. Acrescenta que...

...Após o deslumbramento inicial, a grande maioria [dos trabalhadores] reclama do maior cansaço e do aumento da responsabilidade, com um ritmo mais intenso de trabalho e uma monotonia que não deixa nada a dever aos tempos áureos do taylorismo-fordismo (Muls, 1998:941).

Também Bihl (1998:87-93), argumentando que tais inovações, ao criarem & *fábrica difusa* (amplamente apoiada na terceirização), a *fábrica fluida* (capaz de extinguir tempos mortos mediante ganhos de intensidade do trabalho) e a *fábrica flexível* (em condições de atender a uma demanda por produtos diversificados), sem alterar a centralidade da grande indústria, afetaram positivamente a aceleração da rotação do capital e elevaram a taxa de exploração, daí revertendo o comportamento da taxa de lucro para um sentido tendencial altista. Esses resultados da correção de rumo na *economia política burguesa* demonstram o caráter exitoso dessa ação do empresariado enquanto classe politicamente articulada.

Na Europa, enquanto estavam se formando os Comitês de Empresa Europeus e enquanto se esboçavam iniciativas assemelhadas nos *elos fracos* dessas cadeias organizatórias nascentes, nesses diversos cenários no espaço mundial, o empresariado agia como classe ao unificar suas estratégias em torno de uma sequência de transformações na organização da produção e nas legislações nacionais. E o fizeram com um elevado grau de coesão, permitindo que seus atos, aos olhares críticos, ganhassem o atributo incomum de *pensamento único*, ou que simplesmente aparecessem como resultantes de compromissos firmados entre Estados nacionais segundo padrões muito próximos dos habituais conluios praticados na formação dos cartéis, configurando *consensos* dinâmicos (a exemplo do conhecido *Consenso de Washington*), capazes de readaptações no decurso da década de 90 sem prejuízo da unidade alcançada.

A empresa tornou-se no *locus* privilegiado para a concretização dessa estratégia unificada. Alçou-se, explicitamente, à condição de cenário básico onde começou e onde ainda

se trava a luta fundamental pela introdução dessas estratégias de classe da burguesia industrial, comercial, financeira. Os círculos de qualidade e toda uma gama de formas correlatas, que buscam elevar a produtividade do trabalho e neutralizar os conflitos de classes, emergiram como sinal dos tempos, impingidos de cima para baixo, denotando o reconhecimento tácito, por parte da elite patronal que gerência a reestruturação produtiva, quanto à centralidade das práticas que fazem a produção capitalista continuar dependendo do aporte do trabalho vivo, subordinado a crescentes taxas de mais-valia.

Não por acaso, a primeira reação patronal aos Comitês de Empresa Europeus, ainda em sua gestação, foi de oposição. Num segundo momento, diante do fato consumado, abriu-se uma variedade de atitudes (empresariais) que, conforme já descritas anteriormente, vão desde as tentativas de absorção dos novos organismos à lógica dos interesses gerenciais até a sabotagem. As empresas americanas, em particular, segundo Jacquier (1997), tentam transformar os CEE em mero canal para fazer passar as mensagens das diretorias. Fora da Europa, nos locais onde essas cadeias organizatórias dos operários ainda se fazem incipientes, prevalece mais frequentemente a vigilância empresarial à distância, embora ocorram também episódios de proibições declaradas (caso da Fiat brasileira, por exemplo). Entre essas várias alternativas, registra-se, também, como na Volkswagen, a busca do controle patronal pela via de uma concertação negociada e transformada em normas disciplinadoras. Cumpre ressaltar que essas atitudes não nascem de opções em livre escolha, antes são recursos adaptados decorrentes das diferentes correlações de forças entre o empresariado (unido) e os trabalhadores.

Ao se mencionarem os trabalhadores, evoca-se o outro lado do problema. O que dizer? Ao inovar em matéria de organização, os operários estão agindo como classe?

Sistematizando um debate promovido pela Escola Sindical São Paulo, em dezembro de 1988, Leite (1998:19) observa: "*O desenvolvimento de estratégias empresariais internacionais é, de fato, um dos desafios mais importantes que o sindicalismo enfrenta em nível mundial*". Num primeiro momento, a reação mundial dos operários pode ser caracterizada como de defensiva dispersa e somente num segundo momento se fizeram sentir

experimentos de respostas articuladas, porém em escala local, na rota dos centros de maior tradição organizatória do movimento operário. Dificilmente se poderia imaginar uma situação distinta dessa, uma vez que não existia, previamente, uma unidade de classe dos trabalhadores a nível mundial.

Mesmo na Europa, onde o imediato pós-guerra abriu expectativas quanto ao fortalecimento das organizações operárias, a marcha ascensional foi mantida em seus limites nacionais heterogêneos e logo arrefecida pela burocratização e acomodamento resultantes das macroconcertações societais que acompanharam a consolidação do Estado do Bem-Estar. E verdade que, segundo Castoriadis (1996:9-13), essa regressão política jamais resultou numa paralisia da classe: principalmente a partir dos anos 60, quando se repetem as tentativas e experimentos de frações da classe operária, em diversos países europeus, em busca de formas autónomas e alternativas de organização e ação. São ocorrências tais como a criação de organizações de base na França de 1968; as *Coordinations*, também na França - formas de ⁷⁷democracia direta, independentes dos sindicatos - nos anos 80 e 90 (Denis, 1996)'; formas organizatórias assemelhadas na Itália (referidas por Antunes (2000:244), as COBAS - *Comitati di Base*); mobilizações grevistas na Espanha, etc. Não obstante esses sinais de vida, persistentes porém localizados, a introdução das novas estratégias de uma burguesia coesa em seus propósitos nesse terreno pôde desdobrar-se sem obstáculos decisivos.

Nos anos 90, esboçam-se reações mais significativas, com o aporte original de manifestações transnacionais tais como as *Marchas Europeias contra o Desemprego e a Precarização*, os ensaios já descritos aqui de organização além-fronteiras - os CEEs, as greves europeias (eurogreves) tais como aquela já citada que envolveu diversas unidades nacionais da Renault, as eurogreves dos ferroviários, etc. Vakaloulis (1998), ao analisar as mobilizações de trabalhadores na França no final de 1995, conclui que se estão criando relações de identidade e de solidariedade entre trabalhadores numa escala antes inexistente, denotando-se uma *nova*

Negri (1994) estuda as *Coordinations* sob um outro ângulo: argumentando que o sujeito dos velhos conselhos de fábrica, bem como do sindicalismo em geral, não existe mais, atribui a esses organismos um caráter já revolucionário; seriam formas de direção do mecanismo global de desenvolvimento - da economia e do Estado - colocando na ordem do dia a reivindicação do poder político.

dimensão de classe; as manifestações em foco envolveram os trabalhadores dos serviços públicos, ferroviários, agentes do correio, da companhia de gás, estudantes, aposentados de diversas categorias, desempregados, assalariados do setor privado, unificados sob a consigna "*tous ensemble*". Nesse mesmo trabalho, Vakaloulis considera um aspecto altamente relevante naquelas experiências de luta de classes na França: os trabalhadores empregados, sobretudo aqueles que chama de *núcleo duro* do movimento (os ferroviários) estavam enraizados organizatoriamente nas suas respectivas empresas. Observação que inspira lembranças das lutas operárias de 80-70 anos atrás, que sustentaram as teses *gramscianas*, já referidas, quanto à importância das organizações nos locais de trabalho na formação da consciência de classe.

Além da tendência internacionalista subjacente, tais ações trouxeram como novidade, portanto, os ensaios de envolvimento dos operários com os trabalhadores dispersos num âmbito mais abrangente do mundo do trabalho. Formas de solidariedade ativa entre trabalhadores num espaço ampliado para além das fronteiras nacionais e dirigidas contra o jugo do capital - portanto ações de classe - ainda que marcadas pela desconexão, pelo recorrente retorno ao isolamento nacional ou à relativa estagnação.

No Brasil, as dificuldades para uma resposta operária à estratégia internacional do capital revelam-se ainda mais significativas. O ponto de partida, aqui, é marcado por uma ambiguidade: no começo da década de 80, o movimento operário brasileiro seguia um percurso ascendente, desconstruindo muitos signos das violentas formas de repressão vigentes durante longo tempo. Contudo, o movimento emergente não conseguia romper radicalmente com muitas sobrevivências do sindicalismo *atrelado* (ao Estado). A dubiedade da situação foi captada de forma muito clara nos textos de Sachs, elaborados ainda na clandestinidade imposta pela ditadura militar. A tese de Sachs (1994) afirmava que *oformar-se* dos operários brasileiros enquanto classe independente avançara consideravelmente com as lutas do período 1978-1980, mas encontrava-se ainda a meio caminho, relativamente a um marco qualitativo mais significativo - pois ainda não havia conquistado a liberdade de organização, somente possível com a extinção do atual direito à ingerência estatal nos sindicatos, consideradas todas

as suas conseqüências (construção voluntária de sindicatos configurados segundo as reais necessidades da luta, a multiplicação de organizações fabris livres, fim do imposto sindical).

Perspectiva analítica muito próxima está num trabalho de Telles e Sader (1982), publicado na revista *Desvios* (já na legalidade). Esses autores citados confluem na defesa das organizações operárias enraizadas nas empresas: interpretando a experiência em curso até os primeiros anos 80, em São Paulo, consideram que tais organizações não se reduzem à mera função de sustentar, no plano empresarial, as grandes organizações da classe; nem chegam a ser, num extremo oposto das especulações sobre o seu conteúdo atual, supostos *órgãos de poder operário*. Sua importância reside na possibilidade de virem a cumprir um papel decisivo na contestação de relações de trabalho, assim contribuindo para que o operariado reconheça os seus interesses especiais de classe.

As dificuldades, como se vinha dizendo, para uma resposta operária à estratégia internacional do capital agravam-se ao se tratar da inserção brasileira. Com as peculiaridades históricas acima referidas, com essas carências organizatórias básicas, os operários brasileiros foram alcançados pela marcha ofensiva da estratégia internacional do empresariado, acelerada nos anos 90.

Que a inserção brasileira nessas formas organizatórias, nessas cadeias internacionais, sejam ainda incipientes - eis um dado que deve ser trazido à tona não para negar, já de partida, a sua consistência enquanto indicador de uma tendência, mas para ilustrar, na linha teórica proposta por Lukács (1974) que - ao tecer suas considerações metodológicas sobre o problema

Boito Jr., escrevendo sobre o sindicalismo brasileiro nos anos 80, afirma que: "*Um determinado organismo sindical, para representar um segmento dos trabalhadores, necessita obter um registro junto a um ramo do aparelho do Estado. - até o presente esse registro deve ser obtido junto ao Ministério do Trabalho. A necessidade do registro-reconhecimento permite que falemos numa representação sindical outorgada pelo Estado. (...) A necessidade do reconhecimento oficial-legal do sindicato por um ramo do aparelho do Estado é o elemento fundamental da estrutura sindical, porque dele dependem todos os demais elementos que compõem a sua estrutura. De fato, esta compreende, além da representação sindical outorgada, a unicidade sindical (...), as contribuições sindicais obrigatórias e a tutela do Estado, particularmente da Justiça do Trabalho, sobre a atividade reivindicativa dos sindicatos*" (Boito Jr., 1991:51).

da organização, e ao conceituar a organização como a mediação entre a teoria e a prática - considera uma forma de organização de classe com características imprecisas como dado sugestivo de uma *imaturidade* na dinâmica da construção da consciência possível; sinal de que as ações imediatas ainda aparecem, aos olhos dos operários, como numa visão desfocada, embora, simultaneamente, já se evidencie uma clareza quanto ao que fazer num plano *mediato*, indireto. Mas as formas *imaturas* não devem ser subestimadas, pois são inerentes ao processo de formação num aprendizado que começa envolto em incertezas e limites, nos estágios primordiais sem os quais, porém, dificilmente se chega às formas organizatórias *maduras*, características de quem, enfim, desvendou (coletivamente) o que deve fazer no plano imediato, direto.

As entrevistas colhidas com lideranças representativas da participação brasileira nessas formas de organização internacionais contêm essa dualidade, muito compreensível na interpretação *lukacsiana*: os entrevistados estão convictos quanto à função futura das articulações internacionais, numa luta fundada numa mesma identidade de classe, pela conquista de interesses comuns, e, nessas projeções sobre o futuro, a antevêm segundo configurações muito claras de funcionalidade. Simultaneamente, tais articulações internacionais são assimiladas como práticas ainda incertas, quando o olhar é dirigido para o presente concreto.

Enquanto acontece essa oscilação de visões, entre a *maturidade* e a *imaturidade*, entre a clareza quanto ao futuro e o sombreamento que paira sobre presente, tensas iniciativas incidem sobre o processo. Como sugerem as mesmas entrevistas acima mencionadas, já se traçam estratégias logicamente consistentes para consolidar as inserções brasileiras nas cadeias organizatórias internacionais; a primeira premissa rumo aos horizontes da *maturidade* passa pelo fortalecimento (em representatividade) das organizações fabris nacionais e pela

Hobsbawn (1987) retoma e comenta essas ponderações de Lukács acerca do problema da organização num artigo originalmente publicado em 1971: "Notas sobre consciência de classe". Para Hobsbawn (1987:47), "...a classe operária, como o campesinato, é constituída quase que por definição de pessoas que não podem fazer coisas acontecerem exceto coletivamente, embora, ao contrário dos camponeses, sua experiência de trabalho demonstre todos os dias que eles devem agir coletivamente ou não agir de forma alguma. Mas mesmo sua ação coletiva requer estrutura e lideranças para que sejam eficazes. Sem uma organização formal para a ação, exceto sob certas circunstâncias no próprio local de trabalho, é improvável que sejam eficazes..."

construção de organizações nacionais fundadas nessas bases enraizadas nos locais de trabalho. Numa perspectiva mais ampla, passa pela ampliação das organizações nacionais, com a unificação dos empregados estáveis e dos terceirizados, com a anexação de elos entre os empregados e os desempregados, com a incorporação massiva das mulheres trabalhadoras na militância anticapitalista. Essa elevação do grau de definição sobre o que fazer de imediato afasta o movimento, em um passo, da condição de *imaturidade*, conquanto ainda se tratem se avanços quase sempre circunscritos a alguns círculos de liderança.

As rediscussões promovidas por segmentos da liderança operária no Brasil sobre o que fazer num horizonte de curto prazo agregam, numa mesma linha estratégica, as transformações visadas no plano nacional e as articulações internacionais: para isso, vale o suposto já incorporado pela consciência dessas parcelas de vanguarda quanto ao caráter internacional das estratégias empresariais. Os contatos e articulações internacionais prosseguem, transformam-se em metas deliberadas.

A incorporação das massas nesses procedimentos coletivos tem sido um movimento fragmentado, e com pronunciados lapsos de interrupção. De um modo geral, a história dessas organizações internacionais de trabalhadores, particularizando a inserção brasileira dentro delas, é uma história de conflitos pouco expressivos em seus parques precedentes, porém ligados às lutas e movimentações nacionais do trabalho contra o capital. Revela-se como uma das fontes alimentadoras de uma solidariedade e identidade de classe (ainda em esboço), mas com a peculiaridade de querer elevá-la além dos níveis tradicionais, precisamente porque projeta a ampliação desses elos subjetivos sobre dimensões internacionais.

Feito esse conjunto de observações pode-se assumir, provisoriamente, que as articulações operárias internacionais postas em estudo têm sua força motriz nas lutas de classes. Sendo essa a resposta a uma questão crucial deste estudo - e se ela redundava ainda nesse caráter de provisoriedade, se se mostra com tal precariedade, é porque se apoia em conclusões parciais que exigem outros esclarecimentos. São apenas três as considerações parciais que se podem extrair do que se discutiu até aqui:

Primeira consideração: que as iniciativas operárias de participação nas cadeias organizatórias internacionais inserem-se nos esforços conjuntos que, em segmentos mais avançados do operariado, desenvolvem-se com vistas à combinação de ações *nacionais e internacionais*; combinação que faz recair sobre a organização *nacional* a sustentação primordial de todo o processo. Haveria, segundo essa hipótese, uma correlação bastante forte entre as experiências nacionais mais gerais (consideradas em sua força e em sua fraqueza relativas e avaliadas como fator determinante) e o ritmo e profundidade com que evoluem as inovações particulares de cunho internacionalista.

Segunda consideração: que essa cadeia organizatória internacional, na qual começa também a inserir-se o Brasil, corresponde ainda, em grande parte, a iniciativas das lideranças operárias, portanto a experimentos de vanguarda cuja legitimação, até hoje, ocorreu em momentos e lugares apenas pontuais, quando a dinâmica das lutas de classes levou parcelas de *massa* a reconhecerem a necessidade de tais articulações e as engrossarem como armas de luta. Apesar de exíguos, esses momentos legitimadores seriam a expressão de uma tendência já em curso e, enquanto tendência, sinalização de uma possível evolução à *madureza* de uma identidade de classe em nível internacional. O corolário dessa proposição está em admitir-se, em contrapartida, a possibilidade de uma tendência à burocratização e esvaziamento dessas novas instâncias, na medida em que não advenham novos e mais fortes impulsos práticos dos operários no chão-das-fábricas.

Terceira consideração: que esse processo desenrola-se a partir dos locais de trabalho. Não seria ocioso frisar essa peculiaridade, uma vez que ela contém um reforço a uma determinada tradição interpretativa quanto ao processo de formação dos operários como classe: aquela que atribui relevância às organizações enraizadas nas empresas. Reforço de grandes proporções, diga-se de passagem, pois advém de uma experiência que se processa na fronteira do tempo histórico, ali onde a criatividade operária defronta-se com as mais novas transformações na base da sociedade capitalista.

Três considerações relevantes, porém insuficientes. Evidentemente, há outros problemas em jogo.

4.3 Organizações fabris e formação dos operários brasileiros como classe independente

A visão panorâmica, já esboçada anteriormente, quanto à evolução e ao caráter das organizações operárias fabris, no contexto do capitalismo avançado do final do século XX, ganha contornos mais amplos e mais nítidos no decorrer da reestruturação produtiva ainda em marcha. Por um lado, porque há um acúmulo de experiências operárias de luta e organização independentes nesse terreno, sobre o qual rebatem os estímulos recentes originados da elevação da taxa de exploração. Por outro lado, porque o próprio empresariado posicionado na ponta das inovações tecnológicas parece ter compreendido a importância de tais organismos fabris e por isso cria formas similares sob o seu controle, a exemplo da notória experiência japonesa da Toyota, onde o *ohnoismo* comanda a criação dos *círculos* de qualidade (Coriat, 1994).

São, nesse último caso, organizações impingidas de cima para baixo, impulsionadas pelas políticas empresariais, mas que parecem ratificar e ampliar o reconhecimento, por parte da elite patronal que gerência a reestruturação produtiva, quanto à centralidade das práticas que fazem a produção continuar dependendo do aporte do trabalho vivo. Assim, vemos nascer uma *tecnologia organizacional* que, marcada pelo emblema específico da automação flexível, faz de uma certa modalidade de organização dos trabalhadores a base de sustentação e a condição de êxito das suas estratégias. Com essa visão de presente e de futuro, adota e tenta generalizar toda uma gama de organizações patronais enraizadas no local de trabalho, os variados grupos fabris de qualidade e controle, compostos por trabalhadores mas subordinados às chefias como parte da estrutura funcional das empresas.

De modo que as mutações cruciais que acompanham esse final de século - a reestruturação produtiva, a aceleração da internacionalização da produção e a elevação da taxa de mais-valia - parecem estimular a tendência que já se desenvolvia desde muitas décadas atrás, fazendo da fábrica um cadinho de organizações dos trabalhadores: algumas autônomas,

como as comissões, os comités, as bases sindicais, outras de extração patronal, como os círculos de qualidade, ou de extração estatal, como os grupos de controle de acidentes, ou ainda tripartites, na medida em que as organizações fabris autônomas dão sustentação à participação operária em arranjos tais como as Câmaras Setoriais.

A fábrica se mostra, portanto, como referência central tanto para a classe operária como para a burguesia industrial. Trabalhadores e empresários parecem aguçar suas atenções para o chão-da-fábrica, que se reafirma como um cenário conflagrado pela incidência de uma dupla tensão: pela dinâmica da produção, sob as iniciativas patronais e na busca da produtividade máxima; e pela dinâmica dos interesses operários, movidos pela intenção obstinada de conquistar meios de vida - ou pela elevação desses anseios aos níveis de uma pretensão nascente à interferência no planejamento empresarial. A fábrica reafirma-se central tanto para o capital quanto para o trabalho; é central para o capitalista porque é o espaço recôndito da geração do valor novo. O *toyotismo* parece render enfáticos tributos a essa constatação básica. Por outro lado, a fábrica é central para o operário porque é lá que se decidem as questões cruciais relacionadas aos seus meios de vida e é igualmente lá que se concentram as possibilidades quanto ao seu desenvolvimento futuro.

Essa discussão, que eleva a importância básica das organizações fabris tem raízes no passado e conta com uma história marcada por variadas contribuições teóricas. Na literatura acadêmica, no Brasil, a ênfase analítica sobre a organização fabril aparece em vários trabalhos, tal como em Humphrey (1982:15), para quem ...

... a fábrica é o terreno-chave onde os efeitos do desenvolvimento da indústria moderna, as contradições da acumulação do capital, o funcionamento dos sindicatos e do sistema de organização do trabalho, e o controle político do Estado, tudo isso desempenha seu papel.

Outro autor que eleva o lugar da fábrica na vida e luta operárias é Rainho (1980:236).

Afirma que...

...como produto e produtor do sistema capitalista, o operário tem, ao mesmo tempo, a vida centralizada na produção e sente que todos os seus passos giram em torno dela. Pois, estejam ou não na fábrica, suas ações articulam-se e rearticulam-se com as relações produtivas centradas na indústria.

Maroni (1982) sustenta um ponto de vista semelhante⁴⁰. O mesmo se pode dizer de Leite (1987-71-73), em seu estudo sobre as greves operárias no Brasil:

É em função dessa caracterização que as paralisações do trabalho apresentam uma grande vinculação com as questões de fábrica e estão profundamente relacionadas com a organização do processo de trabalho. [...] Embora o movimento grevista mude de intensidade de acordo com a conjuntura política, o que se pode notar através do acompanhamento de sua história é que, em todos os períodos, a empresa foi o palco privilegiado do conflito de classes, havendo inclusive em todos eles um predomínio das greves de estabelecimento. [...] Nesse sentido, não são as greves por empresa a grande novidade do movimento operário atual. O que o movimento grevista dos últimos anos traz à tona é o grande vigor... [o texto é datado de 1987]. [...] ...o movimento vem dando mostras de amadurecimento organizacional através da difusão das comissões de empresa, bem como vem conseguindo impor ao patronato a necessidade de negociar de forma

⁴⁰

Vejam-se as seguintes passagens de Sader e Paoli (1986): "O trabalho de Leite Lopes abriu também uma outra via de reelaboração da imagem dos trabalhadores, pelo lado do exame do processo de trabalho. O espaço fabril começa a deixar de ser visto como nebulosa precondição, abstrata e sempre igual, da constituição da classe (que se daria nos planos do sindicato, do pari idô, do Estado), para ser um espaço de enfrentamento onde se constitui a classe na especificidade de cada condição" (Sader e Paoli, 1986:54-55). Mais adiante: "Já Amnérís Maroni, em A Estratégia da recusa, se concenira inteiramente no espaço fabril. A fábrica não é para ela simplesmente um lugar de nascimento de um ator que se afirmaria no âmbito de uma sociedade política. A fábrica é mostrada como o próprio cenário de uma luta política. E o que ela acusa é a incapacidade dos discursos instituídos identificarem esses processos nos conflitos fabris, reduzidos a simples redefinições de contratos no interior de uma esfera considerada pré-política. Procurando reconstituir a prática dos operários no momento da luta, Amnérís pretende fazer aflorar essa realidade que não tem lugar na lógica do Estado". (Sader e Paoli (1986:59-60).

ampla, com os trabalhadores, tanto os níveis salariais como as condições em que se processa o trabalho no interior das empresas, colocando um freio ao autoritarismo patronal.

Observe-se que Leite elabora numa conjuntura de ascensão das lutas operárias, o que dá ao texto citado, em determinadas passagens, um tom estritamente *datado*; contudo, o sentido geral da suas considerações permanece atual e diz respeito à especialidade da fábrica enquanto espaço fundamental das lutas operárias.

No entanto, toda essa situação carrega consigo um problema. Estudos diversos - dentre os autores já referenciados mais acima - referem-se às dificuldades que os trabalhadores encontram para consumir na prática as suas organizações por local de trabalho e, mais ainda, para que sejam elas ouvidas em suas reivindicações, aceitas em suas funções fiscalizadoras ou em suas tentativas de interferir no processo de trabalho. Sabe-se, através dessas fontes, que o número de organizações operárias fabris ainda é pequeno no Brasil,⁴¹ que tais organizações aparecem limitadas às regiões, setores e empresas onde o movimento operário está mais desenvolvido e que, na maioria dos casos, enfrentam proibições declaradas à sua efetivação, oriundas das direções empresariais, que assim agem respaldadas em prerrogativas legais.

Resulta daí uma situação fortemente conflituosa: as tendências em curso fazem do chão-das-fábricas o *locus* privilegiado para a ação dos operários, mas o patronato, apoiado na força das leis, na maioria dos casos interpõe um bloqueio ao desenvolvimento dessas formas de organização. Assim sendo, impõe-se concluir que há um limite para a liberdade de organização e expressão dos operários brasileiros e que esse limite aparece precisamente naquele cenário onde tanto o capital quanto o trabalho concentram suas atenções e estabelecem a centralidade das suas diferentes perspectivas. Somente o capital, como no exemplo do toyotismo, pode realizar livremente as suas *tecnologias organizacionais* no interior das empresas; enquanto o trabalho somente consegue realizar seus projetos de

⁴¹ No *Diagnóstico do Complexo Metal-Mecânico Brasileiro* (DIEESE e CNMCUT, 1998:80) há dados quanto ao pequeno número das Comissões de Fábrica no complexo automotivo. Considerando-se que se trata de um

organização por local de trabalho em momentos e lugares pontuais, quando logra, num contexto de instabilidade, remover os impedimentos fundados na vontade empresarial e no direito constituído.

Desse modo, o estudo das organizações operárias por local de trabalho vai revelando um conjunto de problemas inicialmente não vislumbrados. Ao se debruçar sobre o chão-da-fábrica, esse lugar fundamental na tessitura da sociedade, esse alvo privilegiado das estratégias empresariais e, ao mesmo tempo, esse centro declarado das ações operárias, constata-se que, precisamente na particularidade desses espaços, o direito à livre organização dos operários desaparece enquanto totalidade, restringindo-se às formas particulares das concessões episódicas. Mas, nessa medida, uma vez que não conseguem garantir sua auto-organização nesses espaços fundamentais, compelidos, compulsoriamente, por força de lei, a se manterem fragmentados no interior das empresas, torna-se legítimo concluir que, no Brasil, continua existindo restrições efetivas à organização (logo, à *expressão*, em sentido amplo) dos operários *enquanto classe*.

Então, ao seguir-se o fio condutor sugerido por uma primeira abordagem às organizações operárias nos local de trabalho, ascendemos a uma problemática mais complexa, onde pontuam questões tais como as relações entre os operários e os direitos políticos, ou seja, entre os operários e o Estado, e, em especial, nos deparamos com a questão da formação dos operários enquanto classe.

Essa problemática, embora assuma hoje uma forma histórica original, ditada pelas circunstâncias do nosso tempo, há muito é discutida, desde contextos antigos, politicamente definidos por determinações menos desenvolvidas. Há uma longa trajetória envolvendo esse processo de formação independente dos operários brasileiros, várias décadas de tentativas operárias para ampliar sua liberdade de organização; por isso mesmo, há uma sólida tradição de estudos nesse campo. Já se mencionou, de passagem, no Primeiro Capítulo, que, em seu trabalho sobre as comissões de fábrica paulistas nos últimos anos 70 e primeiros 80, Teles e

segmento avançado do movimento operário brasileiro, pode-se inferir os limites desse tipo de organização nas empresas industriais em geral.

Sader (1982) ressaltam a construção das comissões nas fábricas brasileiras que, ao abordarem (ou na medida em que abordem) o problema das relações de trabalho na vida cotidiana, representam um dado altamente revelador do processo de formação dos operários enquanto *sujeitos políticos* autônomos. Textos mais antigos de Sachs (1994), datados dos primeiros anos 60, já viam na criação dos comitês de empresa (entendidos no mesmo sentido das comissões de fábrica), a possibilidade futura de um marco na liberdade de organização, uma das premissas para *oformar-se* dos operários como classe.

Naturalmente, essas análises não ignoravam que a formação de uma classe prossegue ao longo de mutações ilimitadas, no percurso das suas respectivas existências. Elas levavam em conta, como Lukács (1974), que a formação da consciência de classe do proletariado é um processo, um devir, somente passível de conclusão com a própria extinção dessa classe, num mundo futuro de antagonismos sociais suprimidos. Mas a tradição marxista demarca um estágio básico a partir do qual a classe emerge, diferencia-se dentro do "povo", ao conseguir organizar-se de forma autônoma e elaborar plataformas políticas igualmente independentes e, mais ainda, ao se desprender da dominância de interesses e horizontes puramente locais e imediatos para detectar a universalidade de sua identidade - ao menos, inicialmente, em escala nacional (ainda que, na atualidade, estejam atuantes estímulos históricos no sentido da ampliação dessa identidade a uma escala internacional).

No Brasil, tal processo de formação de uma identidade de classe nacional está aparentemente inconcluso, não obstante o prolongado tempo decorrido desde que o movimento operário deu os seus primeiros passos. A intervenção do Estado, a partir dos anos 30, institucionalizada na CLT, forçou de fora para dentro uma organização sindical tutelar, compulsória - e imprimiu um poderoso freio nesse processo de formação do operariado enquanto classe independente. Posteriormente, duas décadas de ditadura militar iriam submeter esse desenvolvimento a novos constrangimentos e bloqueios forçados.

Nessas condições, a formação dos operários como classe independente exigiria, segundo Sachs (1994), uma superação, em escala nacional, das heranças ainda existentes de uma organização forçada de fora ou simplesmente *selecionada* pelo poder coercitivo do

Estado; exigiria, igualmente, a capacidade operária de efetivamente formular uma política própria; significaria, ainda, a construção de uma visão de mundo, de uma cultura e de uma ideologia independentes. Mas, conquanto seja um processo amplo, multifacetário, envolvendo a organização, a política, a ideologia, essas várias facetas não estão niveladas: a experiência mostra que se articulam hierarquicamente. Entende-se que se deve privilegiar a análise da ação política e, *pari passu*, a análise da organização que potencializa a identidade coletiva e encaminha a ação política.

Porque a organização, vista no elevado *status* metodológico em que Lukács (1974) a colocou, é uma variável mais *rica em determinações*; para ter sua existência garantida, a livre organização no seu sentido mais radical, ou seja, livre organização de dimensão nacional e fundada no chão-da-fábrica - cenário básico que incentiva a compreensão e o questionamento do processo de trabalho, sua hierarquia opressiva, suas metas hostis aos interesses operários - exige uma conquista no terreno do poder público. Na linha desse raciocínio, essa conquista ou, mais concretamente, essa embate ainda não consumado, representará a forma básica de luta política independente: portanto um sinal, um marco qualitativo de *maturidade*, um indicador fundamental desse processo complexo do *formar--se* da classe operária brasileira.

Por isso, o referencial que se quer conceituar, para uma identificação desse patamar elementar de liberdade política e formação de classe, não se refere ao simples ato de se organizar um, dois ou mais sindicatos nacionais, mas à *derrubada da lei vigente que obriga o enquadramento sindical em bases fragmentadoras*. Muito menos se refere à mera construção de uma, duas, três ou um certo número de comissões em locais de trabalho; tampouco se refere à sua mera institucionalização em empresas isoladas. Esse aspecto da questão, aliás, merece ser colocado com muita ênfase: o objeto a que se está referindo é o *direito da classe operária à livre organização por local de trabalho*. A reivindicação nacional desses direitos -desde que se manifeste como afirmação de uma vontade coletiva perante o Estado - indicará um auto-reconhecimento básico dos operários enquanto classe.

Elabora-se aqui no pressuposto de que a luta pelo direito da organização, com destaque para a organização fabril, não faria sentido enquanto mera reivindicação formal pelo

reconhecimento de instâncias formais: tem-se em vista a quebra das barreiras legais que dificultam as organizações aglutinadoras (e que impõem as organizações enquadradas em limites dispersores); e a institucionalização do direito irrestrito às organizações fabris - em condições de questionar as relações de trabalho e de conflitar-se com as estratégias empresariais de inspiração toyotista, essas últimas tendentes ao arrefecimento da consciência e ação críticas dos operários.

Tem-se em vista, portanto, uma conquista que, alimentada pela luta real travada no chão da fábrica, somente aparecerá como tal se conseguir expressar-se na única via verdadeiramente eficiente: na esfera do Estado. Nas palavras de Sachs (1994:216):

Em seu caminho de amadurecimento como classe para si, o nosso operariado não tem outra alternativa senão lutar pelo seu direito de livre associação.

Portanto, uma discussão sobre a relação entre as organizações operárias por local de trabalho e a formação do operariado *como classe para si* conduz a uma outra, mais específica: ao relacionamento existente entre a classe operária e o campo do direito, ou, em outras palavras, entre a classe operária e o Estado. Essa análise encerra uma importante conclusão: a livre organização por local de trabalho, por configurar-se como uma luta por direitos de organização e expressão, é parte integrante fundamental da luta pela liberdade sindical; longe de reduzir os horizontes dos operários a um mundo intramuros, a organização fabril projeta-se como *a base* de uma consciência de classe em seu sentido mais amplo, numa perspectiva de luta que no mínimo se prenuncia como nacional (embora a dinâmica das lutas estejam em certa medida concitando a sua ampliação futura para uma perspectiva internacional).

A livre organização fabril, conforme mostram, simultaneamente, experiências passadas e contemporâneas (vide Gramsci, 1978; Teles e Sader, 1982; Cudas, 1998; e outros estudos já referenciados), contém elementos fortemente contrários a um microcorporativismo, já que tende a embasar um questionamento das relações capitalistas em seu âmago, impulsionando

um auto-reconhecimento da subordinação do trabalho frente ao capital, fomentando uma identidade de classe e estimulando a unificação política das lutas do operariado industrial.

Na atualidade (ou seja: no período abordado por este estudo, 1990-1999), declarações explícitas quanto à centralidade do local de trabalho como lugar privilegiado para a organização e ação operárias encontram-se, por exemplo, nas *Resoluções do Segundo Congresso dos Metalúrgicos do ABC*: trata-se de "... mudar do portão para o chão-da-fábrica o espaço principal de sua ação sindical." (Ver Sindicato Metalúrgico do ABC, 1997:29 e *passim*). Também a CUT, como se pode verificar nas Resoluções do seu último Congresso, reafirma o trabalho como "o valor fundamental no processo produtivo" e proclama...

...o direito de organização sindical no local de trabalho como um dos principais eixos da nossa proposta de legislação trabalhista democrática (CUT: 1997).

Em Bresciani (1997) encontra-se uma referência descritiva à evolução das organizações fabris na indústria automobilística nos anos 90; em Arbix (1996), essas organizações fabris mais avançadas, as Comissões de Fábrica da indústria automobilística, são analisadas com maior realismo, indicadas as fragilidades na sua trajetória recente. A análise data da primeira metade da década de 90 e baseia-se em pesquisa realizada junto aos delegados do V Congresso da CUT. O autor chega a aventar a hipótese extrema de que as Comissões de Fábrica pudessem ser "engolidas" pela dinâmica empresarial dentro das fábricas. Essa possibilidade não se concretizou, mas as dificuldades arroladas naquele estudo, inclusive as ambivalências nas intervenções frente à reestruturação produtiva - ainda representam uma problemática atual.

Em Seminários e debates realizados pela CNM, esse entendimento crítico está presente hoje, sendo um dos pontos de apoio para a defesa que aquela Confederação desenvolve quanto

à atualidade da luta pela liberdade sindical no Brasil. Porém, a experiência demonstra que não bastam as resoluções em defesa da liberdade sindical. Uma problemática maior se interpõe.

4.4 Abrindo outros questionamentos

Até aqui as discussões se debruçaram sobre experiências organizatórias internacionais embrionárias e descontínuas, em suas vinculações com as organizações nacionais respectivas. E aventaram possibilidades em aberto para o desenvolvimento de ambas as instâncias que, na atualidade, estão sendo impulsionadas pelas lutas de classes. Mas falou-se, igualmente, da marcha lenta que vem marcando todo esse processo, num período histórico ainda caracterizado pela ofensiva do capital contra o trabalho.

A emergência de organizações enraizadas no âmbito da empresa (os CEEs, já institucionalizados, mas também as formas ditas "selvagens", como as *Coordinations* francesas), num cenário de crise das organizações sindicais e de fragmentação dos grandes acordos entre classes que haviam marcado os 30 anos de pós-guerra na Europa Ocidental, é um acontecimento que sugere um segundo campo de discussões: são fatos que mostram, por um lado, a fragmentação da ação dos trabalhadores, que refluí das formas mais centralizadas para o microcenário da empresa; ao mesmo tempo, esses mesmos fatos, vistos sob um outro ângulo, mostram que a fragmentação da ação dos trabalhadores deteve-se nesse nível, ou seja, o espaço da empresa revelou-se como um "núcleo duro" da resistência dos trabalhadores. Observando-se as experiências de ações coletivas dos assalariados europeus nos últimos anos, verifica-se que esse "núcleo duro" tem atuado como base de um movimento em sentido contrário à fragmentação, talvez indicando possibilidades para um novo percurso de aglutinação das organizações classistas mais amplas, através do qual os sindicatos poderiam ganhar novas configurações. As experiências mais marcantes dos últimos anos são muito sugestivas. No episódio Renault-Vilvoorde, em 1997, uma ação gerada no interior da empresa

mostrou-se capaz de extrapolar fronteiras (Bélgica-França-Espanha) e mostrou-se capaz de extrapolar o âmbito dela própria (da Renault), motivando manifestações coletivas muito amplas (incluindo desempregados). Em 1995, na França, um movimento de grande amplitude, envolvendo assalariados, desempregados e aposentados, que se consagraria sob a consigna do "*tous ensemble*", contou com um "núcleo duro": a organização dos "*cheminots*" (ferroviários).

Tudo se passa como se, depois de atingido o fundo do poço, as tendências independentes do movimento operário contemporâneo estivessem preparando iniciativas para algo que deveria advir, dadas as projeções sugeridas pelos sinalizadores "subterrâneos", mas que, no entanto, parece constantemente adiado. Esse panorama geral parece particularmente válido em terras brasileiras. Para a superação dessa marcha contida, as lideranças se movimentam, interpretam as tendências implícitas ou explícitas, os diversos sinais dos tempos e, conquanto em direções não consensuais, tomam variadas iniciativas para facilitar um esperado desenvolvimento das ações de *massa* rumo a estágios superiores de *maturidade*.

Essas mesmas lideranças, porém, não representam uma sabedoria acabada, já construída; pelo contrário, são cerceadas na razão direta dos limites daqueles impulsos históricos que advêm das lutas reais e que, na atualidade, sofrem a ação de forças contrárias, fragmentadoras. A *liderança* não é uma instituição cristalizada, dotada de uma só linguagem. Longe disso, é apenas um segmento algo mais articulado do próprio movimento, que incorpora suas oscilações, sua heterogeneidade, seus diferentes níveis de maturidade, suas peculiaridades regionais, o caráter multiforme da sua cultura e das suas ideologias.

A liderança existe, também, na forma degradada da burocracia, cabendo observar que a burocratização não aparece como um reduto identificável à parte, claramente distanciado da não-burocratização: a burocratização é, sim, uma das forças que *banham* os corpos existentes, em decorrência da relativa paralisia que os envolve neste prolongado período de descenso das lutas operárias; portanto convivem com a sua antítese, por sua vez *banhada* nas evidências esparsas do movimento vivo: uma e outra entretecem-se, fazem parte da crônica atual do movimento dos trabalhadores.

A liderança existe, ademais, mergulhada em eventuais perplexidades ou em diferentes entendimentos quanto ao que fazer diante da penetração, nas empresas, dos círculos de qualidade e demais modalidades de organizações ditas *toyotistas*.

A propósito do último ponto assinalado, relembre-se um trabalho realizado pela equipe técnica do DIEESE, em convênio com a OIT, publicado no final de 1995: a pesquisa procurava classificar as diferentes ações projetadas pelos sindicatos, no Estado de São Paulo, frente à reestruturação produtiva. O levantamento de dados levou à localização de três tendências: uma primeira, minoritária, que, por considerar ser esse um problema dos empresários, conclui que não deveria compor a pauta da ação sindical; uma segunda tendência, que encara a reestruturação como fato consumado e busca agir sobre os seus resultados, configurando uma *resistência passiva*; uma terceira tendência, interessada numa ação ofensiva, seja ao estabelecer critérios aceitáveis para a reestruturação, seja ao buscar contrapor, mais incisivamente, uma alternativa de reestruturação ao projeto da empresa. Entre os temas de negociação com o empresariado, a referida pesquisa indica a presença de uma pauta variada, que vai da negociação de empregos e salários às questões que dizem respeito "*ao poder de decisão sobre a reestruturação propriamente dita*" (DIEESE/OIT, 1995:31-33). Importante assinalar que a pesquisa em referência dá conta de proposições, ou seja, de intenções sindicais, sem explicitar até onde foram na prática.

A entrevista com militantes da área da formação política também aborda o assunto, repassam algumas experiências desenvolvidas no ABC paulista e mostram as consequências desfavoráveis do excessivo esquematismo presente em algumas iniciativas de *resposta ofensiva* à reestruturação: relatam que, numa dada empresa, os trabalhadores encomendaram a intelectuais aliados um modelo alternativo à reestruturação proposta pelo respectivo patronato e tentaram contrapô-lo ao projeto oficial. A empresa reagiu interrompendo o diálogo entre as partes, impondo a reestruturação tal como pensada inicialmente e demitindo os recalcitrantes. Os entrevistados ressaltam a imaturidade reinante na maior parte das ações levadas à prática pelos trabalhadores frente à reestruturação empresarial (ENTREVISTA com militantes sindicais da área da formação política, 2000).

As lideranças, em suma, na sua prática concreta, ressentem-se dessa vasta heterogeneidade. Além disso, sua liberdade de movimentos não é irrestrita: em última análise, elas estão na dependência do movimento real, cuja dinâmica está subordinada a impulsos complexos e impossíveis de serem enquadrados num cálculo preciso, como se fazem nas ciências exatas. Contudo, esse cenário heterogêneo, no momento presente, traz sinalizadores negativos de importância nada desprezível e que devem ser qualificados em linhas gerais.

O que se deve registrar, em primeiro lugar, são os sinais de deterioração do núcleo mais avançado dos sindicalistas, aglutinado na organização da CUT. O prolongado refluxo do movimento de massas permitiu que se criasse um ambiente favorável ao fortalecimento de tendências burocráticas. Fato bastante representativo desse contexto adverso é o declínio prático (apesar das resoluções formais dos Congressos) da luta pela liberdade sindical. Como explicar que continuem válidas, até hoje, as imposições de força (quer dizer, ditadas pela legislação coercitiva) quanto ao enquadramento sindical, essa herança dos tempos do Estado Novo?

A seguinte situação foi comentada por um dos sindicalistas brasileiros entrevistados: uma empresa metalúrgica decide terceirizar parte das suas atividades e para isso cria, ela própria, uma empresa controlada encarregada de tais tarefas, demitindo os trabalhadores que originalmente as realizavam. A nova empresa - formalmente terceirizada - introduz na unidade controladora os seus trabalhadores, que ali desempenharão tarefas tipicamente metalúrgicas (torneria e outras), idênticas àquelas antes cumpridas pelos demitidos. Ocorre que a empresa originária, ao criar sua subsidiária, a registrou como uma empresa de construção civil. O resultado é o seguinte: onde antes havia somente metalúrgicos, organizados num mesmo sindicato, agora há metalúrgicos e operários de construção civil, organizados em sindicatos diferentes; e essa é uma configuração forçada, obrigatória. A lei que a gerou, a do enquadramento sindical, é mantida incólume desde o Estado Novo.

A situações desse tipo deve-se associar a circunstância de que o processo de criação de sindicatos nacionais desacelerou-se. Até mesmo o sindicato nacional dos metalúrgicos, que deveria nascer da CNM, está com a sua construção parcialmente protelada.

O problema do enquadramento sindical, herança varguista tão viva, como mostra o singelo exemplo acima descrito, não é o único a projetar sobre o presente uma legislação sexagenária.

Simultaneamente a grita pelo fim do imposto sindical arrefereceu-se (nos últimos anos). Havia um cronograma de três anos para uma progressiva ruptura com o imposto, aprovado no 6º Congresso da CUT, em 1997. Os três anos se passaram mas a contagem regressiva foi interrompida em algum ponto. Com o imposto mantido intacto, as diretorias sindicais não precisam, necessariamente, estreitar ligações com as suas bases, muito menos ampliá-las. Pelo contrário, poderão, se assim o quiserem, manter-se distantes: sua existência estará assim mesmo garantida, pois o Estado faz a cobrança (compulsória) que garante seus fundos, e o faz com irreparável pontualidade. Também não precisa haver, necessariamente, uma renovação de lideranças; dadas as regras do jogo, um estrato de carreiristas, apenas vagamente comprometidos com as lutas de classe, pode, perfeitamente, desenvolver-se.

Já se passaram mais de 60 anos deste a implantação do sindicalismo *atrelado* no Brasil. As lutas operárias conheceram vários surtos ascencionais durante esse período e muitos avanços foram dados. Contudo, o *atrelamento*, em parte, ainda subsiste. Deve-se sublinhar que essas relações entre sindicatos e Estado nunca foram, nem o são hoje, um dado neutro: elas resultam na forma organizatória concreta *enfim encontrada* (pelas classes dominantes, desde há seis décadas) para fragmentar os trabalhadores e melhor facilitar a criação de uma burocracia sindical acomodada.

Os trabalhadores que fundaram a CUT, emergindo de uma longa maturação sob a superfície, nos tempos da ditadura militar, representavam ideais de resistência de tal modo fortes que lhes permitiam conviver com as heranças espúrias do Estado Novo sem deter a sua marcha ascensional, mantendo viva a perspectiva da superação radical das formas orgânicas remanescentes do passado. Mas, passados quase vinte anos, sobretudo depois de uma década de refluxo e derrotas em confrontações marcantes, o ascenso se deteve e as sobrevivências da velha organização sindical varguista começa a destilar o seu ácido corrosivo e a trazer de volta

ameaças que pareciam extirpadas da cena, não obstante a permanência de bastiões resistentes que tentam alterar o *status quo* organizatório, com a sua velha fonte de hostilidades contra a livre organização operária.⁴²

A realidade pode assemelhar-se à ficção, e vice-versa. A história das vinculações entre o sindicalismo brasileiro e o Estado lembra uma obra de ficção, em algo se parece aos *Cem Anos de Solidão*, de Garcia Marques. As situações se repetem. As heranças organizatórias do sindicalismo atrelado não são abstrações. São forças materiais, vivas e opressivas. Não potencializam a união, o que confirmaria o papel da organização *como uma arma da classe operária*; ao contrário, potencializa a desunião, as aglutinações em bases locais e estreitas, a pulverização dos sindicatos, tudo isso sob o comando de leis tão fortes quanto antigas. A que se deve tamanha persistência das sobrevivências *varguistas* no campo da organização operária? - Seria o caso de afirmar-se que a classe operária ainda não realizou um acerto de contas no espaço político, isto é, no terreno do Estado, com vistas à extinção das velhas leis que continuam gerando efeitos desorganizadores no campo do trabalho.

Não se quer afirmar que a CUT haja perdido o seu caráter de classe nem a sua autenticidade; mas, com muita ênfase, que está exposta à ação de forças desintegradoras persistentes, cujo pano de fundo é o refluxo das lutas de massas, embora sejam, ao mesmo tempo, resultado de uma postura complacente por parte de expressivos contingentes das lideranças frente à legislação sindical que, desde o tempos dos fascismos (que a inspiraram), e até hoje, continua amortecendo a livre organização dos trabalhadores.

Boito Jr. já se referia a esses problemas ao afirmar, em texto datado de 1991: "*O discurso cutista possui, portanto, duas camadas sobrepostas. Uma camada mais visível, onde se proclama abertamente a defesa da liberdade sindical, a oposição à unicidade, ao imposto, à tutela da Justiça do Trabalho. A outra camada do discurso cutista, essa mais ligada às propostas da ação concreta, nega e contradiz o que as declarações genéricas afirmam. Podemos chamar a primeira camada de ideologia teórica e a segunda de ideologia prática*" (Boito Jr., 1991:81-82). Mas ao autor não passam despercebidas as tentativas localizadas de rupturas que se repetem, quer dizer, as abordagens parciais do movimento ao problema, ainda não resolvido, da estrutura sindical. O período 1978-1985 teria representado, em sua perspectiva analítica, uma oportunidade perdida para a derrocada da velha estrutura, que resultou apenas *reformada*.

Também não se poderia afirmar que essa seja uma tendência irreversível. Desde a sua criação, a CUT expandiu fortemente a base de sindicatos urbanos e rurais filiados, ampliou suas articulações com outras organizações de trabalhadores (o movimento dos Sem-Terra, os movimentos das mulheres trabalhadoras, os povos indígenas e outros). Essa dimensão cria uma complexidade interna. Localizadamente, persistem núcleos ativos de contestação às leis do *atrelamento* sindical. Há uma dinâmica *banhada* muito de perto pelas lutas de classes, circunstância que pode levar a uma inflexão nas tendências centrífugas que hoje se observam.

Porém, deve-se perguntar: pode esse quadro de ameaças latentes ou abertas comprometer a inserção dos operários brasileiros nas cadeias organizatórias internacionais?

Não há resposta clara, pois o processo ainda vive os seus primórdios e prossegue. O que se pode dizer é que a regressão é possível, ainda que não se esteja obrigado a considerar a hipótese mais pessimista em primeiro lugar. Os núcleos sindicais mais atentos e mais críticos frente aos riscos de deterioração poderão reagir com maior sucesso. Ou, um novo surto ascensional das lutas de massas pode ocorrer, alterando radicalmente o curso dos acontecimentos, tanto quanto o ciclo expansivo das lutas de 1978-1980 alterou o cenário reinante anteriormente àqueles anos.

Há uma imponderabilidade em jogo, pois aqui se tratam de fenômenos que dependem de subjetividades, da iniciativa, da experiência acumulada, dos elementos de *contágio* que estão sempre por trás dos grandes ciclos de ascensão das lutas operárias. As tensões sociais presentes na cena nacional instigam o movimento operário a uma retomada de ações coletivas em grande escala, mas tais ações permanecem como meras possibilidades. Enquanto não ocorrerem - e se não ocorrerem - os processos embrionários já estudados têm um destino incerto.

A luta pela liberdade sindical, nos limites em que se mantém, bem como a história da participação brasileira nas cadeias organizatórias internacionais nas multinacionais, são processos envolvidos em uma crônica de conflitos com alguns episódios mais claramente visíveis e êxitos pontuais. Os laços recíprocos de solidariedade já conquistados continuam

vivos e ensaiam, modestamente, uma ultrapassagem dos patamares preexistentes, ganhando dimensão internacional. Contudo, assim o fazem em meio aos limites já referidos. Essas formas de consciência de classe irão se desenvolver? Regredirão? - A resposta será dada pelo comportamento que venha a assumir o movimento de *massas* da classe operária no médio e longo prazos.

Essa situação, penetrada por incertezas, não é inédita; há precedentes bem próximos. Por exemplo, na segunda metade dos anos 70, a longa depressão do movimento operário cercava o seu futuro de interrogações. Estudando o período, Rainho identifica a existência de movimentações subterrâneas, *fora do domínio público*, que sinalizavam, contudo, a pulsação de um movimento real sob a aparente paralisia:

..Devido a esses fatores, frequentemente, os operários são postos diante de determinadas situações de fato, seja dentro ou fora das fábricas, para as quais as alternativas anteriormente expostas mostram-se insuficientes [...]. Nesses momentos, não lhes resta outra opção, senão a de assumirem posição e atitude concreta diante do problema que o desafia [...]. Estas, mesmo quando se efetivam também numa perspectiva individualista [...] exprimem uma certa solidariedade de classe, cujo sintoma mais evidente é a comunicação existente, entre eles, desses "recursos", especialmente das "malandragens" que utilizam para burlar as chefias, realizar o serviço com maior facilidade, etc. Essas ações achavam-se até a ocasião das grandes greves pelo reajuste salarial (20%) em maio/junho de 1978 mais concentradas em seções das fábricas; geralmente realizadas "espontaneamente" e semi-organizadas [...]. No entanto, verifica-se que, enquanto se sucediam e tornavam-se cada vez mais frequentes, a experiência ia sendo acumulada e sua extensão se ampliava. E como se fendas fossem sendo abertas, possibilitando que, através delas, o movimento fosse avançando, conquistando espaço, adquirindo vivências e o operário perdendo o medo, conseguindo maior disposição para a luta e confiança em suas próprias forças, até que culminaram desembocando na realização das grandes greves pelo reajuste salarial (20%) em maio¹ junho de 1978. (Rainho, 1980:287-288).

Observe-se como Rainho põe em relevo o aprendizado sob a superfície que envolveu *massas* operárias naquele período passado - um processo quase que silencioso - tornando compreensível a súbita eclosão dos grandes movimentos coletivos do final dos anos 70. Ao longo de um período não especificado, supostamente longo, o movimento *abordava* aqueles alvos que emergiriam às claras durante as grandes greves. Num paralelo com a atualidade, caberia perguntar quais os problemas que o movimento operário brasileiro, em sua marcha lenta, cotidiana e obscura, vem *abordando* ao longo dos anos 90.

Está evidente que o movimento já *abordou*, em diferentes momentos e com distintos ímpetos, pelo menos os seguintes problemas cardiais:

1 - A temática do direito à organização fabril, questionando as formas opressivas praticadas nas relações de trabalho dentro das empresas: há uma luta persistente (não obstante os recorrentes reveses) pela ampliação das Comissões de Fábrica e de organizações sindicais de base por local de trabalho, contando-se com precedentes de ensaios de intervenção na vida fabril (Codas, 1998), enquanto se experimentam diferentes métodos na tentativa de neutralizar a ofensiva patronal que acompanha as múltiplas variantes dos *círculos de qualidade*.

2 - A construção de sindicatos nacionais: desde os anos 80, mantém-se como perspectiva e alcança êxitos pontuais, apesar da desaceleração do processo, conforme mencionou-se acima.

3 - A reivindicação do contrato coletivo de trabalho, que esteve presente na pauta de diversos movimentos grevistas.

Considerando esses problemas já *abordados* pelo movimento vivo em recorrentes situações, o pensamento teórico encontra respaldo para eleger as metas correspondentes como prioridades possíveis no curso da luta de classes no Brasil. A liderança, num certo sentido, dá sinais de haver compreendido a dinâmica das tendências em desenvolvimento e, via de regra, assume essa plataforma de ação. Mas, como já se discutiu acima, *a liderança* não é um monolito - e as plataformas aprovadas em Congresso às vezes se transformam em letra morta.

Nesse ambiente instável, uma resolução a favor da liberdade sindical, digamos que aprovada em um ou em muitos conclaves de lideranças representativas de trabalhadores, continua sendo um indicativo de conquistas possíveis nos espaços futuros, uma premissa que demarca *um passo facilitador* (mas não mais que um passo) rumo à eventual realização dos propósitos que transporta em si. Agindo, historicamente, como *parteiras* de um movimento que contém suas próprias potencialidades, as lideranças *podem* (ou não) facilitar ou estimular o *parto* mas nada garantem quanto à hora, ao perfil nem à vitalidade do que irá nascer. Neste ponto, passa-se, forçosamente, a elaborar na esfera das possibilidades.

Certo é que existe, no movimento operário brasileiro, um impasse político, resultante das recorrentes *abordagens* que o movimento de massas já fez, indicando o rumo das suas demandas, mas apenas indicando-as, sem levá-las a uma resolução, a um desfecho, interrompendo-as repetidamente. A superação do impasse não pode ser deduzida como uma necessidade, o que equivaleria a uma solução antecipada (profética) dos enigmas fundamentais que cercam o futuro.

Esse enigmático futuro está sendo forjado em diversas frentes. Primeiro, porque *as massas* também não são um fetiche, mas um conjunto de milhões de pessoas que estão absorvendo as pressões da exploração capitalista e elaborando, por meios difusos e *moleculares*, uma busca por saídas de dentro de uma situação altamente dramática. Segundo, porque a expectativa das lideranças não corresponde, necessariamente, a uma espera passiva, podendo ser, mesmo que parcialmente, uma corrida repleta de enérgicas e trabalhosas providências práticas. Contudo, e pelos mesmos motivos já arrolados, os estímulos que as lideranças têm exercido ou venham a exercer, no sentido do desenvolvimento dessas novas formas de identidade internacional de classe, apenas cobrem uma premissa, uma condição para um possível avanço posterior, *quando e se* um próximo auge do movimento operário decidir endossá-las.

